

IDERLEY COLOMBINI NETO

DINÂMICA CAPITALISTA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL



REALIZAÇÃO:

act:ionaid

APOIO:



CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION

DINÂMICA CAPITALISTA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

RIO DE JANEIRO, 2016

INICIATIVA

Action Aid Brasil
Rua Moraes e Vale, 111 / 5º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP 20021-260 – Brasil
www.actionaid.org.br

APOIO

Mott Foundation

PESQUISA

Iderley Colombini Neto

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gerardo Cerdas Vega

ISBN

978-85-89473-17-0

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

Mórgula_Oficina de Ideias

FOTO CAPA

Ana Cotta

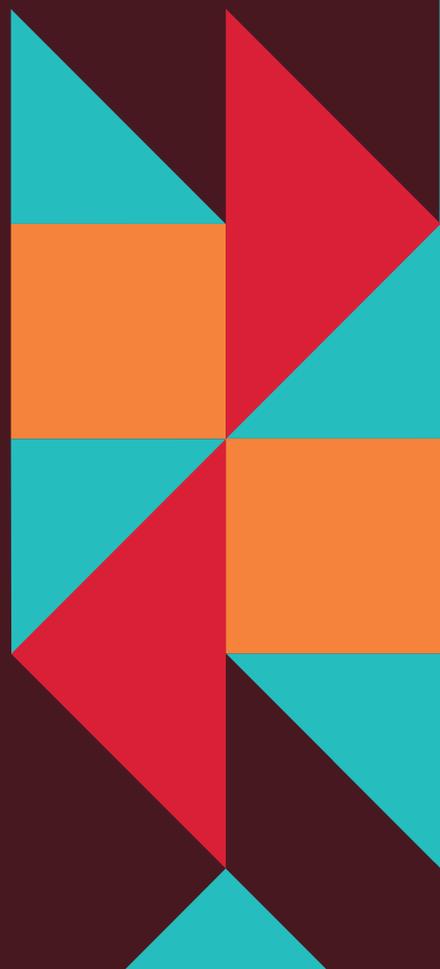
IMPRESSÃO

Rotaplan

TIRAGEM

500 exemplares

As opiniões vertidas nesse texto são de inteira responsabilidade do autor e não necessariamente refletem o ponto de vista institucional da ActionAid Brasil ou da Mott Foundation.



SUMÁRIO

- 2 LINHA DO TEMPO
- 4 INTRODUÇÃO
- 8 BRASIL E O MERCADO MUNDIAL
- 12 DEMANDA OU ESPECULAÇÃO?
- 16 ECONOMIA DA DÍVIDA, O SEGREDO
POR TRÁS DA ESPECULAÇÃO
- 24 OS LIMITES DA ECONOMIA
DO ENDIVIDAMENTO EM SUA FORMA CHINESA
- 34 UM NOVO DILEMA: UMA GUERRA HÍBRIDA?
- 44 BRASIL DENTRO DO NOVO DILEMA
- 52 BRASIL NA NOVA ROTA CHINESA
- 69 BIBLIOGRAFIA



MUNDO



Primeiro choque do petróleo. Começam a se formar os vultosos fundos conhecidos como "petrodólares".



Margareth Thatcher vira Primeira Ministra Britânica.

DÉCADA DE 80

Países latino-americanos entram na chamada "década perdida", marcada por crises inflacionárias e de endividamento. Por sua vez, países do Sudeste Asiático experimentam forte expansão econômica.

1971

1973

1979

1980

Richard Nixon, presidente americano, decide pela saída do padrão dólar-ouro adotado em Bretton Woods. Ponto de inflexão no processo de liberalização financeira da economia mundial.

Segundo choque do petróleo.



Ronald Reagan vira presidente dos EUA. Federal Reserve dos EUA pratica política de alta de juros que faz colapsar economias latino-americanas e provoca saída em massa de capitais.



CHINA

DÉCADA DE 90

Estados Unidos reconhecem a República Popular da China como governo legítimo do país.

Entrada maciça de capitais internacionais na China. A China se expande e passa a ser peça chave para a superação da crise asiática no final da década. A China reestrutura seu sistema financeiro.



1978

1990

2001

Reformas pró-mercado chinesas, estabelecimento das chamadas "Zonas Econômicas Especiais" (ZEE).

Fundação da Shanghai Cooperation Organisation. Entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC).



BRASIL



Severa crise financeira (cambial) atinge o Brasil.

Primeiros investimentos chineses no Brasil.



1985

1988

1999

2003

2005

2010

2011

Último governo da Ditadura Militar.

Aprovação de uma Nova Constituição Política pós-Ditadura.



Forte expansão do investimento, do crédito, do gasto público e das exportações de *commodities* agrícolas e minerais.

Forte valorização das ações da Petrobras.

LINHA DO TEMPO

DÉCADA DE 90

A década de 1990 viu o predomínio do receituário neoliberal no mundo inteiro, em especial na América Latina.

Ciclo de alta no preço internacional das *commodities*

Estados Unidos inicia política de aumento de juros e provoca saída de capitais dos países emergentes.

1991



Primeira Guerra do Golfo Pérsico. Queda da União Soviética.

1997

Crise financeira do Sudeste Asiático.

2003

Segunda Guerra do Golfo Pérsico.

2011

2014

2015

Queda global dos preços do petróleo.

DÉCADA DE 2000

A China passa a absorver a maior parte dos investimentos em Tecnologia da Informação (TI) e se transforma no carro-chefe da expansão econômica global. A China começa a realizar investimentos no exterior.



China e Rússia assinam acordo energético.

Lançamento do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

2002

2003

A demanda chinesa por *commodities* começa um ciclo global ascendente.

2010

A China amplia seus investimentos em petróleo em escala global (presença em 42 países).

2014

2015

China anuncia investimentos de US\$250 bi na América Latina.



A China aumenta significativamente sua presença no Brasil mediante investimentos em áreas estratégicas.



2013

É revelado que o Brasil foi espionado pelos serviços de inteligência americanos, em especial com relação à Petrobras, pelo menos desde 2008.

2014

Início da crise política e declínio das ações da Petrobras no mercado.

Países dos BRICS lançam o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) durante a Cúpula de Fortaleza.

2015

Petrobras assina acordo de *leasing* com o Banco Industrial e Comercial da China no valor de US\$ 3 bilhões

Brasil e China assinam 35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia e mineração com valor de US\$53 bi.

2016

Brasil e China assinam acordo de US\$10 bi de empréstimo em troca de petróleo.



The background of the page is a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including squares, rectangles, and triangles, arranged in a grid-like fashion. The colors used are a vibrant red, a bright orange, a teal or light blue, and a dark, almost black, red. The shapes are interlocked and overlap, creating a dynamic and visually rich composition. The overall effect is that of a modern, minimalist design.

INTRODUÇÃO

“Na luta do bem contra o mal, é sempre o povo que morre”.

EDUARDO GALEANO

“Governo intervencionista com desenvolvimentismo para uma sociedade igualitária”. “Governo neoliberal com crescimento justo e sem corrupção pela meritocracia do mercado”. “Aliança com os Estados Unidos para um maior avanço tecnológico via uma competição saudável”. “Aliança com a China para um desenvolvimento menos dependente e com maior abertura para mudanças estruturais”. “Manter o lucro alto é importante para os investimentos aumentarem e o país voltar a crescer”. “Os salários precisam estar altos para manter o consumo e a força da economia”. “Os créditos precisam ser regulados, com aumento da incerteza a crise financeira é eminente”. “Os créditos precisam ser liberados, os trabalhadores também possuem direito de se endividarem e consumir”. As possibilidades políticas existentes, apesar de muito distintas, não fogem da contradição básica entre a necessidade de aumentar os lucros para expandir os investimentos e de aumentar os salários para expandir o consumo. No meio do velho conflito distributivo a única coisa certa é a manutenção da exploração. A única aposta que não falha é que depois de altas taxas de lucro e baixo crescimento virá um aumento do consumo e dos salários.

Depois de quase três décadas de neoliberalismo, a situação na América Latina pareceu mudar; alardeados por muitos como vivendo uma nova era de desenvolvimento, países como o Brasil eram considerados emergentes, se livrando das antigas amarras do imperialismo norte-americano e europeu para fundar uma nova geopolítica mundial com maior predomínio do chamado “Sul-Global”, que teria na China sua grande força propulsora. Mas os primeiros ânimos foram logo perdidos na dura realidade dos avanços capitalistas, em que os ganhos financeiros se perpetuaram em detrimento da despossessão e desapropriação para os grandes investimentos, tendo uma maior equidade social baseada na expansão de um consumo de massa com aumento do crédito e do endividamento.

“ A intenção desse trabalho é tentar entender o que está por trás dos mais recentes dilemas do capitalismo e como eles se impõem e se constroem mutuamente com e dentro da sociedade brasileira”

A intenção desse trabalho é justamente fugir dessa dicotomia que se apresenta como algo natural, para assim tentar entender o que está por trás dos mais recentes dilemas do capitalismo e como eles se impõem e se constroem mutuamente com e dentro da sociedade brasileira. Fugir de simplificações não é uma tarefa fácil quando se busca compreender a nova estrutura econômica que se impõe, contudo, é importante escapar das falsas explicações que entendem um novo modelo econômico simplesmente por uma estrutura produtiva heterogênea, pela ligação com algum país hegemônico ou por uma classe burguesa autoritária. É de fundamental importância para fugir das explicações fáceis tentar entender como as novas formas de exploração e de luta se materializam em nossa sociedade hoje, para assim podermos decifrar o significado dos novos desenvolvimentos econômicos e seus investimentos, sejam eles chineses, norte-americanos ou nacionais.

A análise que apresentamos nesse trabalho tem como objetivo compreender os investimentos chineses, os processos de financeirização capitaneados pelos Estados Unidos e as políticas econômicas recentes a partir de uma perspectiva que vai além de suas especificidades nacionalistas, tendo como centro o processo de valorização no mercado mundial. A intenção é apresentar o que está por trás desses movimentos e o que os unifica como processo de construção social baseados na exploração do trabalho humano e da natureza.

Dentro dessa perspectiva, a primeira seção busca justamente contextualizar o Brasil no quadro do processo unitário de produção e realização de valor no mercado mundial, colocando a sua centralidade como produtor de recursos naturais e alimentos. Na segunda seção, busca-se entrar mais nessa produção de recursos naturais para desmistificar falsas verdades sobre os movimentos de demanda e preços das *commodities* nos últimos anos, com a intenção de compreender melhor o peso chinês e do mercado financeiro na determinação dos preços e da produção desses bens. Em seguida segue-se o caminho financeiro, recorrendo a breves análises históricas para colocar em perspectiva as particularidades atuais da nossa sociedade com uma forte intermediação financeira, a qual passa a influenciar de modo profundo as relações sociais atuais. Contudo, essa remodelação histórica com a financeirização em seu centro também trouxe novos elementos que passaram a ser decisivos, como o caso da crescente centralidade chinesa no processo de realização de valor no mercado mundial, como apontamos na quarta seção.

Apresentar os elementos que estão por trás desse recente protagonismo chinês na geopolítica contemporânea é o que buscamos na quinta seção, mostrando como se impõe um novo dilema ao sistema capitalista, o qual tem se manifestado entre muitas formas pela contradição crescente entre a China e os Estados Unidos. As duas últimas seções tentam analisar as especificidades brasileiras dentro desse quadro construído, no qual ressaltam a suas contradições no território nacional, como pode ser visualizado e compreendido pelos novos e vultosos investimentos chineses no país.

A dinâmica do capitalismo é algo muito mais profundo do que uma mera disputa por divisas e produtos entre os países, tendo como elemento central o processo de realização de valor, o qual passa pelo mercado financeiro, pela exploração do trabalho e dos recursos naturais. A expansão e contradição do capitalismo, em sua forma recente, apenas alarga e intensifica os processos de exploração e dependência pelo lado norte-americano e de despossessão e desapropriação pelo lado chinês, o que nos mostra a importância de compreender mais além da simples nacionalidade do prejuízo, para colocar como central a própria forma intrínseca de exploração em que se funda a nossa sociedade.



BRASIL
E O MERCADO
MUNDIAL

“Essencialmente, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão quantitativamente, na qualidade (...). Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou – continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais” (Prado Jr. (1987), p. 240).

A afirmação extremamente provocativa de Caio Prado Júnior realizada em sua obra “A Revolução Brasileira” de 1966 propunha contestar grande parte do pensamento vigente que apontava mudanças radicais com o intenso processo de industrialização e urbanização do período. Muito criticado por subestimar as mudanças do capitalismo, o propósito de Caio Prado Junior não era negar essas mudanças, mas mostrar que mesmo com toda a complexidade do capitalismo, certo sentido permanece no caso do capitalismo brasileiro: a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para o mercado mundial.

Se o posicionamento de Prado Jr. já foi massivamente criticado nas décadas de 1960 e de 1970, a utilização de pensamento similar para os dias de hoje poderia soar como um completo anacronismo, dado todo o processo de incorporação de novas tecnologias pelas multinacionais instaladas no país e da massificação do setor de serviços e da financeirização da economia nas últimas décadas. Contudo, quando se analisa a produção brasileira atualmente e sua relação dentro do mercado mundial, como veremos adiante, a noção desse ‘sentido’ do capitalismo brasileiro de Caio Prado Junior se revela ainda instigante.

Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) de 2015, o Brasil é o maior produtor do mundo de soja, de laranja, de café e de cana-de-açúcar; segundo maior produtor de frango e de carne bovina; o terceiro de milho e em produção de algodão. Ainda segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro e segundo na produção de bauxita (matéria prima utilizada para fabricação do alumínio) e sexto na produção de estanho. O petróleo ainda se apresenta como um caso à parte, tendo de longe a maior descoberta petrolífera do século XXI e já sendo o segundo maior produtor da América Latina, atrás apenas da Venezuela.

A questão da importância da produção de recursos naturais não está simplesmente em uma questão de balança de pagamentos dada uma estrutura produtiva heterogênea, como durante muitos anos foi acusado pelos teóricos da CEPAL para explicar as dificuldades das economias latino americanas. A importância dessa produção, longe de se colocar em uma posição economicista – na qual a economia determinaria todas as esferas sociais –, está em entender como esse sentido ou orientação da economia brasileira acaba por dar uma lógica que perpassa as várias esferas da dinâmica do capitalismo brasileiro. Francisco de Oliveira no seu brilhante “Crítica à razão dualista” apresenta exatamente como as complexificações do capitalismo brasileiro andam *pari passu* com as relações sociais consideradas atrasadas e de maior intensidade de exploração do trabalhador. Não há no Brasil um conflito entre o que seriam setores atrasados e setores dinâmicos. Ao contrário, se encontram ligados e se retroalimentam em diferentes formas conforme seu tempo histórico.

A complexidade da sociedade brasileira não deve ser reduzida a um determinante econômico, contudo é importante entender quais são as implicações desse sentido para as demais esferas sociais. O que Caio Prado Jr. nos ensina com sua tese sobre o Brasil é a importância em entender como mesmo em meio a infinitas e complexas mudanças ainda perpassa à sociedade brasileira uma lógica voltada ao suprimento de recursos naturais no mercado mundial, o que coloca a economia nacional em unidade com o sistema capitalista.

O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa. Pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser compreendida como uma força interna ao Estado nacional. Apesar do mercado mundial e das economias nacionais aparecerem como esferas distintas com movimentos autônomos, é importante entender como o

“O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa. Pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser compreendida como uma força interna ao Estado nacional”

nacional e o internacional se formam em uma unidade na realização de valor no sistema capitalista.

Desde o período colonial é impossível se pensar a produção industrial na Inglaterra sem as colônias na América e na Ásia, o que simplesmente se intensificou e se ampliou com os processos de globalização recentes. A realização do valor ocorre no mercado mundial, sendo impossível separar da sua unidade no trabalho os produtos tecnológicos desenhados nos Estados Unidos e fabricados na Ásia, da produção dos seus alimentos e da sua matéria prima na América Latina, necessários para sua produção. Por isso a acumulação de capital internacional não impacta as economias nacionais, dado que a própria economia nacional está produzindo essa acumulação de capital internacional. O processo internacional também é construído nacionalmente.

O mercado mundial, aqui analisado, não é tratado apenas no nível de trocas comerciais, mas como a própria condição para esse sistema internacional, que tem na produção de valor e mais-valor sua lógica fundante. A produtividade, o preço, a moeda, as relações comerciais e o trabalho doméstico adquirem seu 'modo de vida' no e através das relações do mercado mundial como valor em processo. Logo é somente no e através do mercado mundial que a valorização doméstica se realiza (confirma e se contradiz), somente no mercado mundial que o valor expandido adquire validade. A realização da produção como valor se dá em escala mundial, também no que se refere às taxas de lucro, de salário e, porque não, de exploração. Para a produção nos países desenvolvidos se realizar de uma determinada maneira, há uma relação intrínseca no modo como esses recursos naturais são utilizados, o que envolve não apenas a produção em si desses produtos, mas a própria forma em que eles são produzidos, da qual novamente depende seu grau de exploração e de taxas de lucro.

É dentro desse quadro de retroalimentação que devem ser entendidas as mudanças econômicas nacionais, tanto a partir das novas bases internas quanto das novas bases em que se reestrutura o capitalismo internacional. Assim uma mudança do Brasil dentro da produção energética ou alimentícia deve também ser entendida em relação de unidade com as mudanças no sentido de uma financeirização das relações sociais e dos novos entrelaçamentos entre os Estados Unidos e a China.

The background of the image is a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including squares, triangles, and rectangles, arranged in a non-repeating, interlocking fashion. The color palette is limited to four main colors: a vibrant red, a bright orange, a teal or cyan, and a dark, almost black, red. The shapes are oriented in different directions, creating a sense of movement and depth. The overall effect is a bold, modern, and visually stimulating design.

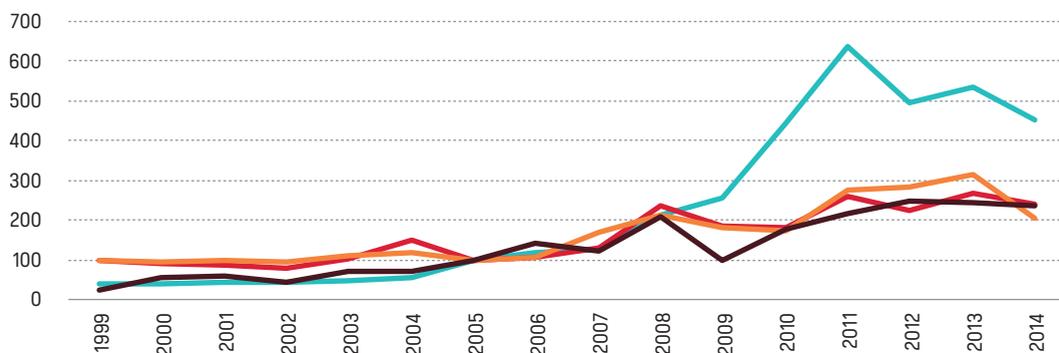
DEMANDA OU
ESPECULAÇÃO?

Quando vamos analisar os investimentos em um determinado país, consideramos logo de saída os interesses evidentes, como os benefícios que tais projetos e produtos proporcionariam ao investidor. Contudo, em nossa sociedade a finalidade ou utilidade do produto não é necessariamente o que determina sua produção, mas sim a sua rentabilidade, a qual depende não só de sua utilidade como também de outras condições que perpassam o mercado e o sistema capitalista. Por isso, quando nos propomos a entender um investimento, devemos compreender não apenas a importância de um determinado bem, mas o que está por trás da determinação do valor desse produto.

Em meados dos anos 2000 os preços das *commodities* sofreram um crescimento histórico em nossa sociedade, o que foi considerado por grande parte dos analistas como “efeito China”, em que juntamente com o incrível crescimento econômico estaria um forte crescimento da demanda por recursos naturais, tanto matérias-primas quanto alimentos. Grande parte das transformações dos países da América Latina nos últimos anos é considerada como atrelada a esse processo.

Sem sombra de dúvidas a China possui um papel central no jogo das *commodities* dos últimos anos. Contudo, se analisado com mais cuidado, através somente do aumento de demanda da China por recursos naturais, é difícil explicar totalmente o aumento desses preços na escala em que aconteceu. O mercado financeiro-especulativo também desempenha um papel central. Passada essa fase do boom de crescimento e aumento da demanda, os preços das *commodities* sofrem uma queda brusca, o que novamente é difícil de ser explicado totalmente pela queda do crescimento e da demanda.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* EXPORTADAS PELO BRASIL (2005=100)



- FERRO
- SOJA
- MILHO
- PETRÓLEO

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS DO FMI

OS PREÇOS DAS *COMMODITIES* NA ÚLTIMA DÉCADA E MEIA

Os preços das *commodities* em geral alcançaram níveis históricos extremamente baixos em 1999, com destaque para os preços do petróleo. O petróleo já tem uma alta em 1999, mas a partir de 2003, juntamente com os preços dos metais, verifica-se uma forte elevação (os metais passam a crescer ainda mais rápido do que o petróleo). Por sua parte, os alimentos possuem um crescimento mais lento que só acelera a partir de 2007, apesar de se observar que em todo o período também possuem um crescimento significativo. Durante os anos 2008 e 2009 os preços de todas as *commodities* caem drasticamente como consequência da crise internacional, mas já se recuperam em 2010, tendo o seu pico em 2011. De acordo com dados do FMI, os preços dos metais cresceram cerca de 200% de 2003 a 2013 e o preço do petróleo em cerca de 260%. Entretanto, o preço do petróleo (que permaneceu alto ainda em 2013) se alterou completamente durante o ano de 2014, tendo incríveis quedas. Os alimentos, por sua vez, tiveram crescimento mais acanhado quando comparado com essas outras duas *commodities*, mas também apresentaram um crescimento expressivo de cerca de 100%. No caso dos alimentos há ainda uma questão de grande disparidade, pois existem alguns alimentos específicos com um crescimento muito mais elevado na década.

Apesar do aumento do consumo chinês ter sido alto, no caso dos alimentos parte de um patamar muito baixo, o que reflete em um efeito na demanda mundial pequeno¹. Mesmo para a soja que tem uma importância maior da demanda chinesa. Alimentos como café, açúcar e banana obtiveram um crescimento de 2002 a 2007 no consumo chinês de 32,3%, 30,6% e 25%, respectivamente, mas o efeito da demanda chinesa no crescimento da demanda mundial foi de apenas 1%, 1,5% e 0,6%, respectivamente. Mesmo a soja que apresenta um aumento no consumo chinês de 116% de 2003 a 2013, em relação aos 37% do crescimento do consumo mundial, representou um efeito da demanda chinesa no crescimento da demanda mundial de apenas 12%.

O efeito chinês para o petróleo possui níveis bem mais baixos. Apesar do forte crescimento do consumo e da importação chinesa, ainda impacta relativamente pouco o aumento da demanda mundial. Assim, de 2003 a 2013 o consumo chinês de petróleo aumentou 81%, contra 13% de aumento da demanda mundial, de forma que o efeito chinês na última década não passou de 4%, sendo menor ainda na primeira fase de crescimento dos preços de 2002 a 2007, onde o aumento do consumo chinês foi de 48,7% com um efeito de apenas 2,7% sobre a demanda global.

Quando comparamos o efeito da demanda chinesa e seu peso no consumo mundial com o aumento dos preços fica evidente uma diferença de escala dessas mudanças. Realmente é difícil colocar toda a transformação da demanda, preços e investimentos por recursos naturais dos últimos anos no “efeito China”, quando comparamos uma mudança de 2003 a 2013 nos preços da soja e do milho de 152% e 186%, respectivamente, com efeitos china da ordem de 12% e 3% respectivamente. O caso do petróleo também reflete muito essa contradição do “efeito China” nas *commodities*, tendo um aumento de preço de 260% e um “efeito China” de apenas 2,7%.

A determinação dos preços e dos investimentos está muito longe de acontecer no “extraordinário” jogo de oferta e demanda do mercado, apesar da aparência da oferta e demanda. Como os juízes finais da escolha de nossa sociedade é preciso ver o que está por trás dessa relação, desvelando a aparência do mercado para encontrar o verdadeiro conflito em que ocorrem as realizações sociais.

1. O efeito na demanda mundial é medido através do quanto mais alta foi a demanda mundial do que teria sido se a demanda de um determinado país, no caso a China, houvesse crescido no mesmo ritmo do que o resto do mundo no período analisado. Em outras palavras, esse dado compara o crescimento da demanda mundial de um produto com o caso hipotético de a demanda desse produto por um país específico ser considerada a mesma que a média mundial sem ele, para assim poder obter o impacto da demanda desse país dentro do mercado mundial. Dessa forma se torna possível visualizar alterações de um país em escala mundial, como o caso chinês, que apesar do crescimento da demanda de muitos produtos alimentícios ter sido enorme, dentro do mercado mundial sua participação é relativamente pequena. Mesmo com um enorme aumento no consumo de carnes na China, por exemplo, o seu crescimento é muito pequeno se comparado com os países da Europa e dos Estados Unidos.



ECONOMIA
DA DÍVIDA,
O SEGREDO
POR TRÁS DA
ESPECULAÇÃO

Em meados dos anos 2000, no auge das políticas neoliberais e de acirramento dos efeitos que desencadeariam uma das maiores crises da história do capitalismo, os países da América Latina passaram por um momento singular, com a volta de grandes investimentos e programas sociais capitaneados pelos Estados nacionais. Durante os anos 1980 esses países praticamente ficaram estagnados em meio a um longo processo de crises inflacionárias e de endividamento. Nos anos 1990, novas rodadas de políticas neoliberais entraram em curso com promessas de solução para a crise. Como “solução” para o pagamento da dívida ocorreram grandes privatizações e para combater o “atraso” econômico e baixa produtividade iniciaram-se as aberturas comerciais e financeiras para trazer uma “concorrência sadia” para dentro dos países. Contudo, quando esse processo estava em pleno andamento algo parece ter sido alterado, com os recursos naturais ganhando uma maior centralidade (depois de duas décadas de preços baixos) e com os Estados nacionais à frente dos investimentos, mesmo que mantendo as principais políticas monetárias e financeiras.

Como apresentamos na seção anterior, creditar todas essas mudanças ao “efeito China” é no mínimo precipitado, nos ausentando de discutir o que está por trás das relações do mercado mundial, o que envolve tanto os investimentos diretos quanto as operações financeiras. Os investimentos e os preços em *commodities* a partir de meados dos anos 2000 não podem ser analisados de modo descuidado. Quando olhamos para a trajetória dos preços do petróleo, por exemplo, podemos entender muito mais sobre as mudanças recentes do sistema capitalista.

No começo dos anos 1970 o mundo ocidental se encontrava em um momento extremamente complicado dada a crise crescente do modelo instaurado no pós-guerra, tendo como marca maiores benefícios para os trabalhadores e o crescimento de um consumo de massa, que ficaram conhecidas como “keynesianismo” e “fordismo”. Os Estados Unidos em especial enfrentavam uma situação mais delicada, pois tendo sua moeda lastreada em ouro via suas contas se deteriorarem com o dólar supervalorizado, o que se contrapunha aos avanços econômicos de países como Alemanha e Japão. Contas essas que já eram criticadas pelos gastos com a fracassada guerra do Vietnã e com os custos da Guerra Fria com a

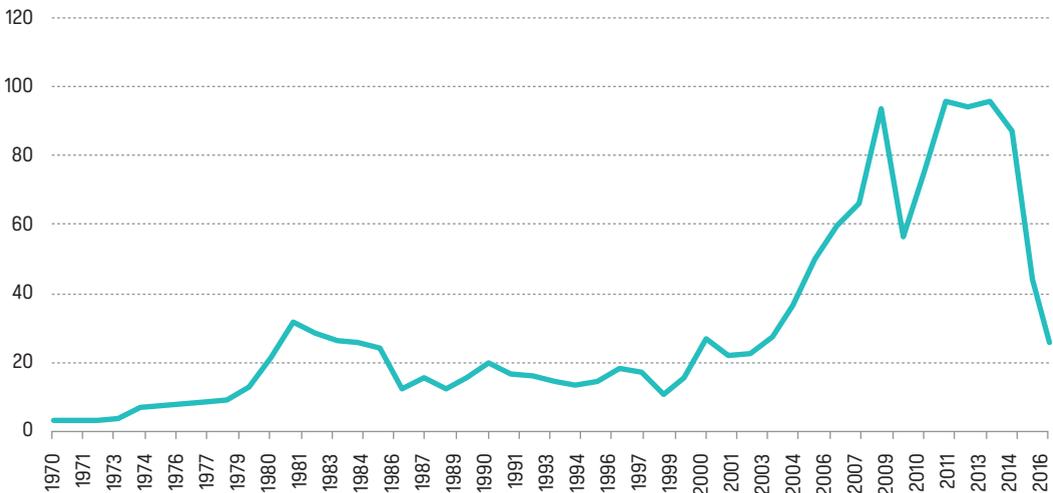
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Mais do que a crise que se instala nesse período, a sua solução será determinante para o período atual, com a sua face mais exacerbada a partir de 2008.

Em 1971 Richard Nixon, pressionado para uma solução da crise que vinha enfrentando, resolve retirar o padrão dólar-ouro, deixando as taxas de câmbio variarem livremente e tornar o dólar o padrão financeiro internacional lastreado simplesmente em sua própria “credibilidade”. Obviamente essa medida não é algo trivial, impondo transformações profundas na economia mundial. Apesar do padrão “dólar-dólar” ser um dos marcos do momento histórico que passamos hoje, os efeitos de sua instauração não ocorreram de imediato. Como enfatizado de forma perspicaz por McNally (2011), o que chamamos de neoliberalismo não deve ser visto como um período único e homogêneo. De 1971 até 1982 pode ser considerado um período de crise e ajustes estruturais, ao qual se segue um novo ciclo expansivo que perdeu até os anos recentes de nova crise sistêmica.

O PADRÃO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Até a primeira guerra mundial [1914] vigorou o padrão monetário internacional baseado no ouro e na libra inglesa, em que os países realizam suas transações em uma proporção fixa entre ouro e libra. Assim, conforme os saldos comerciais (superavitário ou deficitário) os países se compensavam em ouro, de modo a buscar uma regulação cambial. No entreguerras esse padrão foi rompido, sem um acordo internacional amplo até o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1944 com a Conferência de Bretton Woods muitas das diretrizes a serem seguidas pela economia mundial foram definidas, como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) e o novo sistema monetário internacional, que ficou conhecido como padrão dólar-ouro. Com a supremacia norte-americana no pós-guerra, esse país impôs a sua moeda como o padrão em que o ouro se fixaria, ou seja, as relações internacionais ainda seriam atreladas ao ouro, mas em uma proporção com o dólar. Esse padrão se sustenta até 1971, quando os Estados Unidos, em uma decisão unilateral, abandona a relação do dólar com o ouro. Com a continuidade do dólar como padrão monetário, agora sem lastro em ouro, na prática, a moeda internacional passou a ser controlada totalmente por apenas um Estado. Dessa forma o padrão monetário “dólar-dólar” possibilita aos Estados Unidos, através do estabelecimento dos títulos do seu governo e dos seus juros, impactar nas taxas cambiais de todo o mundo, dado seus títulos se tornarem tão “líquidos” quanto o próprio padrão monetário internacional.

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO EM DÓLAR (1970-2016)



Em 1973 os principais países produtores de petróleo organizados em torno da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) restringem as vendas e aumentam em 400% os preços mundiais de petróleo. Situação que se repete em 1979, com uma nova rodada de fortes aumentos. Esse fenômeno do petróleo durante os anos 1970 terá um papel decisivo na forma que se reestrutura o sistema capitalista nas décadas seguintes.

FORNE: ELABORAÇÃO
PRÓPRIA COM BASE
NOS DADOS DO EIA

Inicialmente esse aumento abrupto do petróleo provoca um agravamento da crise, impondo um aumento inflacionário à já abalada economia keynesiana-fordista. Contudo, os elevados preços da energia irão formar imensos fundos monetários, os famosos petrodólares, que desempenharão papel fundamental na transformação do dólar como reserva “definitiva” de valor. Apesar da intenção de vários países, inclusive de membros da OPEP, em transacionar o petróleo em outra moeda, a forte “ligação” dos Estados Unidos com seus “protetorados” Arábia Saudita e Kuwait, irá determinar o dólar como a única divisa empregada na compra e venda de petróleo. Para a sustentação dessa ligação entre o padrão

dólar e o petróleo (e também os recursos naturais em termos gerais) a década de 1980 e as novas políticas implantadas pelo governo de Ronald Reagan será fundamental, em que a escala militar pode ser vista em concomitância com a nova forma de controle financeiro.

Em seu primeiro termo como Presidente dos Estados Unidos, Reagan pressionou por aumentos ao setor militar de até 10% ao ano. O crescimento em gastos militares americanos atingiu cerca de 1,6 trilhões de dólares em cinco anos. Com o argumento da necessidade de acirrar a Guerra Fria, expandiu de forma espetacular os gastos militares calcados em duas estratégias que evitassem o risco das guerras em grande escala. Assim, expandiu de forma única o número de bases norte-americanas em todo o mundo, principalmente em áreas estratégicas, como o Oriente Médio e Sudeste Asiático. Mesmo em outros períodos de forte poder hegemônico, como o do Império Inglês, nunca se ergueu uma estrutura tão densa de protetorados e bases militares em territórios estrangeiros. Para regiões como América Latina e África, desenvolveu uma estratégia de apoiar movimentos anti-insurgentes, ou de intervir em conflitos de baixa intensidade.

O incrível aumento nos gastos militares será acompanhado de outras medidas de grande repercussão estrutural. Como forma de custear esses gastos o governo propõe drásticos cortes nos programas sociais. Por volta de 1985, os gastos para programas domésticos haviam sido cortados quase pela metade em relação aos gastos referentes aos mesmos programas em 1980, tendo ainda como argumento para aprovação no congresso norte americano a necessidade de acabar com a economia baseada na preguiça e no ganho fácil². Apesar da dramaticidade dos cortes, essa medida será socializada com o resto do mundo nos anos subsequentes.

Devido aos enormes gastos e as baixas taxas de poupança norte-americanas (cerca de um terço das japonesas), o déficit disparou de forma imprevisível, levando a um enorme endividamento dos Estados Unidos coberto com fundos econômicos do exterior, que o fizeram em apenas alguns anos passar do maior credor mundial para a nação mais endividada do mundo. Para possibilitar esse enorme endividamento o governo Reagan, além da já citada expansão militar, promove grandes aumentos na taxa de juros (chegando na casa dos 20% nos primeiros anos de governo), o que levará a toda uma reestruturação do sistema financeiro internacional.

2. Uma ótima fonte para os argumentos utilizados para o corte em gastos sociais nos Estados Unidos nos anos 1980 são as declarações de Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve, como a famosa frase: "The American standard of living must decline", ver McNally (2011).

Durante os anos 1970, com formação dos vultosos fundos de petrodólares, muitos dos países ditos “em desenvolvimento” foram “incentivados” pelas instituições e grandes fundos financeiros a acessar esses recursos para dar continuidade as suas políticas expansionistas. Esse forte aumento do endividamento de muitos países do chamado “Sul Global” terá sua fase perversa e já muito conhecida nos anos 1980.

Com o brusco aumento dos juros norte-americanos e as rodadas seguidas de elevações do petróleo, as dívidas dos países se tornam insustentáveis. Os grandes fundos financeiros passam a não disponibilizar mais crédito, o que culmina em meados dos anos 1980 com a crise da dívida de muitos países. Para contornar essa situação as instituições representantes dos Estados Unidos (FMI e Banco Mundial) entram em “socorro” a esses países, estabelecendo novos acordos de renegociação da dívida. Contudo essas renegociações não acontecem de forma fácil, muito menos indolor. Para receber essas novas remessas os países são obrigados a promover uma série de medidas de reformulação de sua economia, calcadas principalmente na privatização das empresas públicas e de políticas de austeridade, com o suposto objetivo de criar os recursos necessários para o pagamento dessas remessas.

O que se estabelece na década de 1980 é um quadro de severos cortes econômicos na direção da diminuição dos salários e dos direitos a serviços básicos, como educação e saúde. Mas esses cortes não se colocam de maneira pontual, dada a criação de um modelo de endividamento dos Estados nacionais em dólar e posterior renegociação com o FMI e o Banco Mundial sobre as famosas condições do Consenso de Washington.

O que se iniciou na década de 1970 com a criação dos petrodólares será potencializado nas décadas seguintes, com a formação de um grande emaranhado de fundos de investimentos internacionais. O capital especulativo passa a funcionar como um policial internacional para a questão do trabalho e das políticas expansivas. Essa pressão restringe a autoridade nacional sobre a moeda e sobre a expansão creditícia, subordinando as políticas nacionais ao “terrorismo internacional da moeda” (Bonefeld, 1995). Sem divisas internacionais um país não tem como acessar os bens produzidos no mercado mundial, como a divisa é o dólar os países são sujeitos a terem enormes reservas de dólar. Se um país

toma uma atitude que desagrade a esse arranjo financeiro, os grandes fundos retiram os seus capitais, o que provoca uma forte saída de dólar e uma dolorosa crise interna.

Se por um lado o endividamento dos países em geral é condicionado a políticas de austeridade, com profundo impacto nos salários e consequente aumento das taxas de exploração, para os Estados Unidos a situação é bem diferente. Não por acaso os países com maior crescimento econômico durante esse período (Japão, Hong-Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul) possuem as maiores bases militares e títulos da dívida dos Estados Unidos. Ao invés de recorrer a renegociações, os Estados Unidos garantem a estabilidade da sua moeda devido às compras dos títulos de sua dívida.

Obviamente a criação desse padrão de endividamento sistêmico dos Estados com políticas contra o salário provocaram uma nova crise com baixo crescimento mundial. Entretanto, ainda nos anos 1980, irá se iniciar um outro processo financeiro com profundas implicações na economia mundial. Junto às políticas de austeridade também foi imposta uma liberalização comercial e financeira sem precedentes, dando abertura para várias práticas econômicas impensáveis até em tão.

Essa liberalização financeira irá funcionar na prática como uma forte política expansiva, mas ao invés de ser voltada para a manutenção de salários altos, o incentivo ao consumo é dado pelo crédito. A década de 1990, que se inicia com a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos asseguram sua soberania do petróleo evitando a invasão do Kuwait pelo Iraque de Sadam Hussein, será palco de um crescimento econômico baseado na criação financeira de uma forma sem precedentes na história do sistema capitalista. Apesar da financeirização ser um processo recorrente na história capitalista, as inovações financeiras criadas a partir dos anos 1980, como a expansão dos “derivativos”, possibilitou a financeirização de todo tipo de renda, transformando desde hipotecas até aposentadorias e salários esperados em ativos passíveis de especulação, o que fez o risco financeiro e o cálculo especulativo ser incorporado no habitus do próprio trabalhador.

A financeirização no nível do indivíduo deve ser entendido atrelado ao próprio processo de normalização da disciplina. Diferentemente das

formas anteriores de controle, as quais ocorriam externamente ao indivíduo, atualmente o controle é internalizado pelo trabalhador, em que a sua própria forma de “compreender o mundo” já contém a disciplina necessária para o respeito da ordem social estabelecida.

Em todos os países, gradualmente, se desenvolve uma série de instituições e instrumentos financeiros de modo a permitir a disponibilização de crédito em massa para todos os agentes da sociedade, desde os Estados e grandes corporações, até indivíduos de todas as camadas sociais. Em uma extraordinária demonstração do poder ideológico do capitalismo, as finanças e o endividamento se tornam um mantra de prosperidade, tendo até banqueiro ganhando Nobel da Paz por propor acabar com a pobreza via endividamento³. Do lado dos credores o papel ideológico também não é desprezado, tendo investidor no mercado financeiro com status de celebridade mundial, de realizador de documentários a livros best-seller.

Enquanto as políticas sociais eram reduzidas, o consumo e a produtividade cresceram continuamente, o que é concomitante a uma escalada do endividamento e da exploração. Contudo, como apresenta David Graeber no seu livro “Debt” de 2011, a questão dessa expansão via débito não está em um suposto investimento fictício do capital financeiro em oposição ao antigo padrão de investimento produtivo. As pessoas continuam “consumindo e produzindo os apetrechos cada vez mais fantásticos do capitalismo”, a questão é que não se dá mais pela garantia do Estado de um regime de pleno emprego, mas pelo acesso ao crédito através de uma rebuscada engenharia financeira.

No início da segunda década do século XXI essa escalada financeira começou a mostrar os seus limites como forma de contornar a contradição do capitalismo. A forma encontrada pelo sistema capitalista de continuar sua acumulação crescente se baseou em um endividamento sem precedentes. Dessa forma, a cada rodada de crise se colocavam novas rodadas de austeridade, o que era garantido internamente pela criação de rigorosos sistemas judiciais e jurídicos, enquanto internacionalmente se mantinha pela militarização global e pelas finanças do dólar. Todavia essa expansão não é sem limites. Desde a grande crise de 2008 ficaram claras as profundas fragilidades do sistema, o que tem se “apresentado” de diferentes formas e em diferentes reações.

3. Muhammad Yunus é um economista e banqueiro bengali. Em 2006 foi laureado com o Nobel da Paz. É autor do livro *Banher to the poor*, em que defende acabar com a pobreza através do banco especializado em microcrédito (Grameen Bank) que fundou, do qual é presidente e o governo de Bangladesh é o principal acionista.

The background of the entire page is a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including squares, rectangles, and triangles, arranged in a grid-like fashion. The colors used are a vibrant red, a bright orange, a teal or light blue, and a dark, almost black, red. The shapes are interlocked and create a sense of depth and movement. In the upper right quadrant, there is a rectangular area with a solid teal background, which serves as a backdrop for the title text.

OS LIMITES DA
ECONOMIA DO
ENDIVIDAMENTO
EM SUA FORMA
CHINESA

A crise atual do sistema capitalista não deve ser compreendida a partir de uma perspectiva unívoca; uma de suas principais características é ter várias formas de “aparência”, o que decorre do processo de acumulação invadir as várias esferas de nossa sociabilidade. Obviamente o caráter ensandecido que os mecanismos financeiros adquiriram nos últimos anos se apresenta como o principal fenômeno da crise atual, mas ela pode ser vista em outras bases de nossa sociedade que também sustentam o nosso sistema, como o meio ambiente, as fontes de recursos naturais e energéticas e as relações entre Estados e populações.

A formação de gigantescos fundos de investimentos em dólar nos anos 1970, impulsionados pelas crises do petróleo, foram assegurados durante as polêmicas políticas dos anos 1980, com intensa militarização e liberalização financeira. Os fundos especulativos que explodiram nessa época ávidos por investimentos nas novas tecnologias e com baixos níveis salariais encontraram nos países asiáticos seu destino perfeito. Através da (não recente) simbiose entre guerra e finanças, bases militares, empresas e bancos norte-americanos se instalaram nesses países construindo o que seria o novo espaço de expansão do capitalismo. As imensas massas populacionais do leste asiático sem direitos trabalhistas e ainda vinculados a um passado rural recente se transformaram rapidamente na nova mão de obra da sociedade global.

Países como Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura adquiriram um status especial para as políticas dos Estados Unidos, obtendo inúmeros privilégios financeiros que possibilitaram um rápido desenvolvimento nos anos 1980, se encontrando durante a expansão dos anos 1990 já em uma posição de ponta na cadeia produtiva. Entretanto, além desses países de um tamanho relativo pequeno, sem um Estado forte e quase como protetorados americanos devido às inúmeras bases militares, a China também participou dessa remodelação promovida pela expansão financeira, mas diferentemente dos demais países se transformou no patinho feio no meio dos “gansos voadores”.

Durante os anos 1980, os investimentos produtivos baseados em alta tecnologia se concentravam nos pequenos estados do sudeste asiático, tendo a China com câmbio desvalorizado e uma grande disponibilidade de mão de obra não especializada e de baixo custo passando a receber

grande parte da produção de bens de consumo leves, antes estabelecidos nesses países. Durante quase toda a década de 1980 o movimento de industrialização na China pode ser entendido por uma lógica mercantil induzida por diferenciais de custo e câmbio, o que privilegiou uma produção intensiva em trabalho e matérias primas.

A política econômica chinesa será marcada por um forte protecionismo e planejamento, os quais podem ser sintetizados em duas esferas principais, uma marcada pelo desenvolvimento do mercado interno, e outra pela promoção de exportações. Os principais mecanismos para essas duas linhas de políticas econômicas são as taxas de câmbio desvalorizado e as fortes tarifas e impostos elaborados de modo a privilegiar a formação de uma indústria chinesa estratégica, ou seja, tarifas elevadas (cerca de 43% nos anos 1980) mais isenção para produtos específicos, assim como a isenção de impostos para a exportação.

A maior autonomia chinesa se mostrará um enorme diferencial em relação aos demais países asiáticos. Sem necessitar se submeter aos desmandos dos Estados Unidos como os seus vizinhos, a China com um mercado financeiro “obscuro” e com uma mistura de políticas intervencionistas passa cada vez mais a desafiar e complementar a economia americana.

A maior abertura da economia chinesa principalmente para ampliação das Zonas Especiais de Produção (ZEE) levou a grandes aportes financeiros internacionais, tanto para investimentos diretos com implantação de empresas multinacionais, como à produção sobre encomenda e também de várias formas de joint ventures. Apesar da forte pressão



A política econômica chinesa será marcada por um forte protecionismo e planejamento, os quais podem ser sintetizados em duas esferas principais, uma marcada pelo desenvolvimento do mercado interno, e outra pela promoção de exportações”

do governo dos Estados Unidos para a contenção do dinamismo chinês, a pressão das empresas norte americanas, japonesas e europeias instaladas na China assim como dos grandes importadores e exportadores prevaleceram. Durante os anos 1990, grandes montantes de recursos, antes destinados para os países do leste asiático e principalmente para os Estados “adjacentes” da China (Hong Kong e Taiwan), passaram a entrar de forma maciça no território continental chinês. No final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 o capital internacional parecia fazer fila nas pequenas ilhas próximas da China com a intencionalidade de entrar de forma definitiva no novo grande centro produtor mundial. É assim que nos anos 1990 a dinâmica de crescimento puxada pelas exportações e investimentos usualmente atribuídos à China será constituída⁴. Com esse já espetacular crescimento econômico a China passa a acumular uma imensa reserva de divisas, tendo uma balança extremamente superavitária com os Estados Unidos.

No final dos anos 1990 os ventos financeiros já começam a soprar em outra direção na Ásia. Com o aumento dos déficits dos Estados Unidos e a promoção de políticas sociais e de desenvolvimento crescente nos países do leste asiático, o capital financeiro começa a se retirar desses países e cobrar pelas suas famosas reestruturações políticas para se “adequar” com o compromisso de não correr riscos que dificultassem honrar com seus compromissos. Novamente o policial internacional volta a impor suas leis. Em 1997 as economias do leste asiático (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul), com forte exportação de produtos tecnológicos, passaram por um forte processo de crises financeiras. Após fortes processos especulativos, esses países passaram por bruscas desvalorizações em relação ao dólar, o que levou a uma queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários. Altamente conectados com os mercados internacionais e com políticas neoliberais, essas economias ficaram extremamente expostas às especulações financeiras, o que se reflete nas fortes saídas de capital em menos de um ano, com correspondente redução das reservas externas daqueles países⁵.

A China, diferentemente dos seus vizinhos e de várias outras economias em desenvolvimento, não passou por crises cambiais graças a sua capacidade singular de maior controle sobre as saídas de divisas. A China, mesmo nos intensos anos de neoliberalismo, já praticava taxas cambiais

4. Obviamente essa expansão capitalista chinesa está longe de representar alguma fase de melhora social em relação a períodos anteriores. Ao longo da década de 1990, as rigorosas leis do mercado de trabalho e da locomoção interna serão relaxadas, alterando profundamente a estrutura social e produtiva do país. As empresas estatais serão reestruturadas, colocando-as mais próximas das empresas ocidentais, o que levará a demissões em massa nos primeiros anos. O relaxamento do regime de domicílios (“Hukou”) permitiu uma grande mobilidade regional, mas sem garantias trabalhistas. De acordo com o censo dos anos 2000 cerca de 130 milhões de pessoas estavam residindo fora do seu domicílio de registros, o que gerou uma imensa oferta de mão de obra em um nível com o dólar extremamente baixo. Com um dos maiores processos migratórios da história e sem mecanismos de proteção social, a desigualdade na China disparou, através de uma intensa exploração dessa mão de obra nas novas fábricas instaladas em sua costa.
5. Em 1996 a Ásia recebeu um ingresso de US\$ 96 bilhões, o que em 1997 passou para uma saída de capitais de US\$ 12 bilhões, representando uma alteração de US\$ 108 bilhões nos fluxos de capitais internacionais.

desvalorizadas. Com a sua forte exportação durante toda a década de 1990 e com os fortes investimentos diretos externos pôde acumular grandes reservas cambiais, o que propiciou a manutenção da moeda chinesa estável, se tornando uma referência regional. A sustentação da taxa nominal do yuan a partir de 1997 foi de fato um fator importante para a superação da crise asiática ao evitar uma corrida cambial e por afirmar a estabilidade de uma moeda chave para o comércio regional.

O desempenho chinês durante a crise cambial terá um papel central para o processo de remodelação na produção asiática em específico e mundial em geral. Com essa nova centralidade conseguida através da solidez da sua moeda se inicia um processo de inversão dos investimentos e capitais financeiros internacionais dos países asiáticos para a China. A crescente produção de tecnologia de informação (TI), que explode nos anos 1990 e principalmente nos anos 2000, se transfere de maneira vertiginosa para o território chinês.

Nos anos 2000 se assistirá uma nova divisão do trabalho mundial, com a China tendo um duplo papel, tanto pelas suas importações quanto exportações. Para o mercado asiático, apesar de ter “roubado” a primazia na produção tecnológica, esse processo foi contrabalanceado pela forte importação de peças e equipamentos. No mercado mundial em geral, por um lado a China obteve fortes superávits com os Estados Unidos por conta da exportação de produtos intensivos em tecnologia e as novas rodadas de investimento, ao passo que obteve déficits com países da América Latina (por *commodities*) e asiáticos (por peças e maquinários).

A China como produtor mundial de produtos de TI e de bens de consumo industriais para os mercados ocidentais (o primeiro polo) deslocou produtores asiáticos, enquanto seu grande mercado interno em expansão (o segundo polo) tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico e da estabilidade do yuan, a China, que se afirmou como um exportador líquido para os Estados Unidos e o Japão, transformou-se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia. Esta mudança no comércio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos Estados Unidos como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento global e de sua estabilização.

O crescimento chinês e sua preponderância estratégica e financeira não ficou circunscrita a sua economia interna (importação e exportação). Outra característica importante, principalmente a partir dos anos 2000, foi a guinada chinesa para investimentos diretos no exterior. Esses investimentos podem ser sintetizados em duas linhas. A primeira referente a sua expansão comercial e financeira, sendo caracterizada pela instalação de empresas chinesas em outros países, tanto de produtos eletroeletrônicos quanto de automóveis e máquinas e equipamentos. A segunda linha de investimentos diretos pode ser configurada dentro de planos estratégicos, tanto do ponto de vista da economia mundial quando do ponto de vista interno chinês, dado o país possuir uma grande desigualdade de renda e uma enorme carência de recursos naturais, tanto em matérias primas quanto em alimentos.

A China possui uma profunda carência em recursos naturais em relação ao seu tamanho continental e de sua população, o que se agravou nas últimas décadas com a migração histórica de quase 200 milhões de pessoas do campo para as cidades chinesas. A importação de alimentos, como soja e proteínas animais se transformou em uma prioridade, assim como ferro e petróleo para a construção da infraestrutura necessária para essa expansão. Cerca de 70% da matriz energética da China é baseada em carvão mineral, o que provoca grandes danos ambientais, levando Pequim e Xangai a níveis de condição do ar alarmantes. Dentro desse quadro, o acesso a recursos naturais se transformou em uma prioridade para o país. Como não poderia ser diferente, a vigia policial do sistema financeiro se aproveitou desse momento, levando à já mencionada disparada dos preços das *commodities*, os quais são determinados nos principais centros financeiros mundiais, em meados dos anos 2000.

A alta dos preços das *commodities* estabelecida pelo sistema financeiro de certa forma se coloca como um entrave para a realização de valor em solo chinês, dada a impossibilidade de manutenção de sua mão de obra. Mais uma vez a polícia financeira se coloca no sentido de impactar as suas transações comerciais e aumentar a dependência de reservas em dólar para manter esse comércio vital para o país. Contudo durante as últimas décadas a China acumulou uma reserva de dólares de cerca de US\$ 3,5 trilhões, o que corresponde a quase 35% das reservas mundiais

disponíveis. Essa situação chinesa lhe possibilitou arcar com várias medidas políticas expansivas de investimento, ao mesmo tempo que mantinha a estabilidade em meio aos ataques especulativos. A questão aqui não é de vilão e mocinho, mas de como a realização da acumulação acontece atualmente em torno da centralidade de duas economias nacionais gigantescas, tendo como elementos díspares mecanismos financeiros e incorporação crescente de mão de obra. O resultado não é um paradigma melhor do que o outro, mas o acirramento e expansão da exploração do trabalho e da especulação financeira em escala mundial. Grande parte dos investimentos em grandes projetos de infraestrutura realizados pela China sofrem acusações de infringirem regras e normas internacionais, trazendo graves danos ambientais e para as populações locais.

A CRIAÇÃO DO ATUAL SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO CHINÊS

No final da década de 1990 a China começa a criar um sistema bancário e financeiro que irá lhe permitir uma atuação em infraestrutura na escala que sua demanda necessita. Em 1994 o Conselho de Estado Chinês cria um conjunto de bancos de desenvolvimento, com maior importância para o Banco de Desenvolvimento Chinês (BDC), o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China e o Banco Exim da China. Enquanto os dois últimos ficaram acanhados até 2002, o BDC já realizava desembolsos acima dos US\$ 100 bilhões em 1999, atingindo em 2012 o valor de US\$ 1,03 trilhões. Os principais setores de atuação desses bancos são as áreas de infraestrutura e setores estratégicos principalmente para exportação.

De fato, através dos seus bancos de investimentos e de suas empresas estatais a China passou a realizar grandes projetos de infraestrutura, principalmente na área de energia (petróleo e gás), mineração e agricultura para exportação, tanto nos países asiáticos de seu entorno quanto nos países da América Latina e África. O BDC realizou em 2012 financiamentos internacionais de US\$ 224,5 bilhões, principalmente nos setores de agricultura e infraestrutura na região asiática, mas cada vez mais forte na África e na América Latina. Outro Banco chinês relevante nos investimentos internacionais é o Banco Exim da China, que somente na área de exportação realizou desembolsos de US\$ 35 bilhões em 2012.

A China tem construído recentemente nos países da Ásia Central, antigamente pertencentes à URSS (além do novo acordo com a própria Rússia que analisaremos mais detalhadamente na próxima seção), uma extensa rede de gasodutos que pretende revolucionar o sistema energético chinês. O gás natural, muito menos poluente que o carvão mineral, é projetado pelos relatórios do Partido Comunista Chinês para ser a nova principal fonte energética, o que aliviaria a problemática situação ambiental do país e o colocaria em conformidade com os recentes protocolos internacionais por ele assinados.

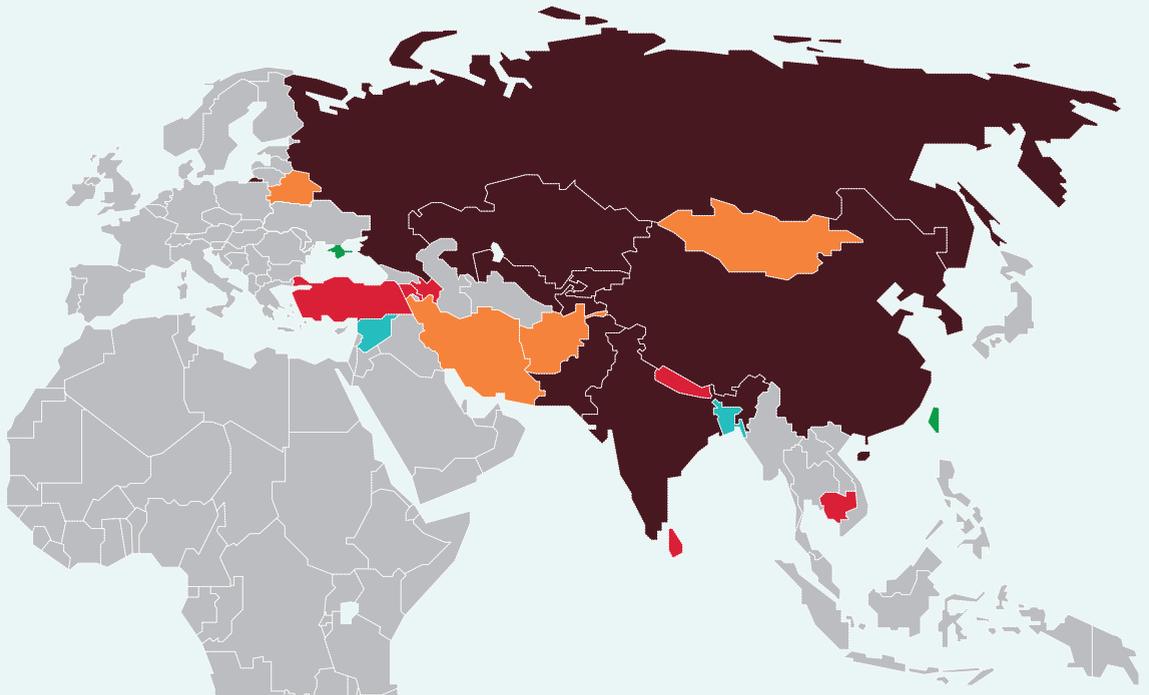
A produção de petróleo da China a partir de suas ações de capital no exterior e aquisições cresceu significativamente nos últimos anos, passando de 1.360 mil bbl/d em 2010 para uma estimativa de 2,1 milhões de bbl/d em 2013, segundo a International Energy Agency (IEA). Atualmente as empresas chinesas de petróleo estão em atividade em 42 países, e metade da produção de petróleo no exterior decorre do Oriente Médio e África. O Iraque é um país-chave, onde todas as três grandes petroleiras chinesas possuem grandes investimento. Cerca de 26% da produção de petróleo da China no exterior em 2013 foi proveniente do Iraque. Cazaquistão, Sudão e Sudão do Sul são outros países que contribuíram para porções consideráveis de produção no exterior da China. Nos últimos anos, a China tem diversificado suas aquisições no exterior para incluir novas áreas de exploração de petróleo no Brasil e na América do Norte. CNPC, Sinopec e Sinochem compraram participações em campos produtores no Canadá, Estados Unidos e no Brasil.

A China também tem concedido empréstimos em troca de importações de petróleo e gás a preços pré-estabelecidos aos países que necessitam de capital para extrair as suas reservas e construir a infraestrutura necessária. Segundo a IEA, até o final de 2013 as grandes corporações chinesas já haviam garantido com vários países ofertas bilaterais de petróleo-por-empréstimo em um montante de quase US\$ 150 bilhões. As operações de petróleo-por-empréstimo ocorreram com a Rússia, Cazaquistão, Venezuela⁶, Brasil, Equador, Bolívia, Angola e Gana e possui um grande acordo de gás-por-empréstimo com o Turcomenistão.

Diante da sua política de investimentos expansiva a China também se colocará de forma estratégica na arquitetura do novo sistema de segurança

6. Venezuela e China assinaram vários acordos ultrapassando US\$ 45 bilhões em troca de 600.000 bbl/d de petróleo bruto e produtos.

SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION



- MEMBROS
- OBSERVADORES
- OBSERVADORES SOLICITANTES
- PARCEIROS DE DIÁLOGO
- TERRITÓRIOS EM DISPUTA

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM WWW.SECTSCO.ORG

e finanças global. Em 2001 a China, junto com Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, e Uzbequistão fundou a Shanghai Cooperation Organisation (SCO), que apesar de relativamente pouco conhecida possui um significado extremamente importante na geopolítica mundial. Tendo incluído Índia e Paquistão em janeiro de 2016, a SCO é o primeiro acordo de segurança mundial realizado sem a presença dos países europeus e dos Estados Unidos. De forma a se confrontar com a OTAN, a SCO é um importante passo no processo de integração asiática e do Oriente Médio. Também na direção de construção de um novo espaço asiático com menor interferência ocidental, foi criado no final de 2015 através de proposta chinesa o ‘Asian Infrastructure Investment Bank’ (AIIB), com o intuito de suportar, como o nome já diz, o investimento em infraestrutura na região da Ásia-Pacífico. A criação desse Banco foi amplamente discutida e divulgada por rivalizar diretamente com o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, os quais foram criados sob a égide norte-americana.

Ainda dentro de uma perspectiva global, a China também encabeçou um projeto com os outros considerados países emergentes (conhecidos

como BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na criação de duas importantes e simbólicas instituições financeiras globais. Depois de longos anos de estreitamento das relações, o grupo dos BRICS anunciou em 2014, as linhas definitivas do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o qual pretende ser também uma alternativa às instituições internacionais financeiras sobre a égide norte-americana: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Outro acordo estabelecido por esses países, e também anunciado em seu formato definitivo no encontro de Fortaleza em 2014, foi o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), em que cada um dos países irá disponibilizar um determinado montante de divisas para em um caso de crise cambial esse novo fundo atuar na contenção de potenciais ataques especulativos.

Junto ao acordo para formação do ACR também avançou em termos comerciais para a transação entre esses países em suas próprias moedas, tendo como base o renminbi chinês, sem necessitar do intermédio do dólar. De acordo com a Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Swift) – associação internacional detentora de um sistema que possibilita a transferência eletrônica global de recursos entre instituições financeiras –, em 2010 o renminbi ocupava um modesto 35º lugar entre as moedas mais utilizadas em pagamentos comerciais no mundo. Hoje, é a terceira colocada da lista, atrás apenas do dólar e do euro, já à frente até mesmo do iene e da libra esterlina.

Os altos preços das *commodities*, os vultosos investimentos em recursos naturais e os elevados empréstimos chineses fizeram com que um novo e emergente fluxo financeiro acontecesse com centralidade na China, tanto no leste asiático como o novo centro produtor, principalmente de alta tecnologia, como com o “Sul Global” rico em recursos naturais. O enorme superávit chinês ao longo das últimas décadas e seu consequente acúmulo de uma enorme reserva de divisas em dólares e títulos norte-americanos possibilitou à China manter suas políticas e ter maior estabilidade face aos ataques especulativos. Como é evidente, todos esses elementos caminham para uma maior contradição com o arranjo financeiro de acumulação das últimas décadas. Nos últimos anos as disputas pelo controle do petróleo e do padrão monetário têm se tornado cada vez mais claras, provocando instabilidades mundiais, que de modo temerário vão muito além das questões meramente econômicas.



UM NOVO
DILEMA:
UMA GUERRA
HÍBRIDA?

O aumento dos preços das *commodities*, principalmente da energia, como mostramos no começo desse trabalho, foi alavancado pelo mercado financeiro se aproveitando da carência chinesa e de sua necessidade de realizar novos investimentos. Com a alta da demanda e dos preços dos recursos naturais, uma infinidade de projetos antes inviáveis se transformou na nova frente de expansão do capitalismo, tanto do ponto de vista da acumulação quanto da exploração e despossessão. Lideradas pelos chineses, gigantescas operações se estabeleceram em países da África, da América Latina e da Eurásia, principalmente nas áreas de energia e de mineração.

A forte entrada de capitais nos países do “Sul Global” gerou uma situação favorável na balança de pagamentos, possibilitando arcar com a dívida e acumular divisas. Não por acaso, encabeçada pela China, uma série de acordos e instituições foram criadas em direção oposta ao dólar, com a clara intenção de utilizar desse novo eixo econômico, produtos tecnológicos asiáticos e recursos naturais do “Sul Global”, para emergir um novo padrão financeiro internacional. Contudo, como apresentamos anteriormente, tanto o petróleo quanto o sistema financeiro não representam apenas ganhos monetários comerciais, mas funcionam como a base de sustentação do sistema capitalista das últimas décadas: expansão do consumo via crédito juntamente com imposição de austeridade com cortes salariais e sociais. Para essa engrenagem capitalista atual funcionar é necessário o dólar como padrão monetário inquestionável, o que passa pelas transações mundiais de *commodities* serem realizadas nessa moeda. Também não por mera causalidade, dois dos maiores produtores de *commodities* mundiais que realizaram grande aproximação com os chineses nos últimos anos, Brasil e Rússia, passam atualmente por severos ataques especulativos com graves crises políticas, como apresentaremos mais à frente.

A Eurásia tem sido o palco mais quente dessas novas tensões. Com a sua integração cada vez mais eminente, os Estados Unidos têm se colocado de forma contundente, não apenas com seu poderio financeiro, mas também com novos acordos comerciais e novas posturas políticas (tanto declaradas quanto pelos “bastidores”). As recentes questões políticas na Ucrânia, no Irã e na Síria explicitaram de vez esse processo, aproximando Rússia e China

7. Brent é a principal referência de preço global para os óleos brutos da bacia do Atlântico. Ele é usado para fixar o preço de dois terços dos fornecimentos de petróleo bruto negociados no mercado internacional. 'Brent Crude' é extraído do Mar do Norte e compreende Brent Blend, Forties Blend, Oseberg e Ekofisk crudes (também conhecido como a cotação BFOE). O marcador de petróleo bruto Brent também é conhecido como Brent Blend, London Brent e Brent de petróleo.
8. George W. Bush, assim como o seu pai, possui um longo vínculo com as grandes empresas de petróleo. Não apenas com fundos para campanha como sendo eles mesmos grandes investidores. Logo no começo de seu governo uma das suas primeiras medidas foi a constituição de um grupo de trabalho para a formulação de uma "nova política energética", contando com a participação de seu vice-presidente Dick Cheney, ex-presidente da Halliburton (uma das maiores empresas de prestação de serviços para a indústria de petróleo), e com a assessoria das grandes companhias transnacionais de petróleo. Diferentemente do que se esperava de uma nova política energética nos anos 2000 (ser voltada para fontes alternativas com menos danos ambientais), foi elaborado um plano para maximização interna do petróleo e garantia das fontes internacionais.

em oposição aos Estados Unidos e seus protetorados. Como apresenta Pepe Escobar no seu livro "Empire of Chaos" de 2014, o momento atual é marcado por um acirramento tão forte que deve ser considerando dentro de um novo quadro de guerra, como denominado pelo próprio autor, de uma guerra híbrida, a qual se apresenta de distintas formas conforme o campo de disputa, como pode ser visto desde o petróleo do Oriente Médio, até os mercados produtores emergentes asiáticos e a fonte "inesgotável" de recursos naturais da América do Sul.

Desde o começo dos anos 2000, quando Vladimir Putin assumiu a presidência, a Rússia passa a ter um posicionamento completamente oposto ao seu desmantelamento dos anos 1990. Entre as inúmeras medidas protecionistas e expansivas do governo russo se destaca a ofensiva das estatais de petróleo e gás natural sobre o mercado europeu, se tornando a grande fonte energética para o "velho continente". Acompanhando esse movimento, as maiores bolsas de *commodities* da Rússia cortejam ativamente os comerciantes internacionais de petróleo para se juntarem a seu mercado emergente futuro. Os objetivos dessa política são claros: desconectar os mecanismos de fixação de preços de referência ao petróleo Brent⁷, o que leva a um afastamento dos petrodólares. Contudo, a realização dessa quebra da supremacia dos petrodólares passa pela construção de uma complicada rede de oleodutos, tanto na ligação da Rússia e Eurásia com a Europa quanto do Oriente Médio com a China. Novamente, Ucrânia, Síria, Irã e Iraque se tornam peças estratégicas dentro desse tabuleiro.

Os distúrbios e conflitos nessa região estão longe de ser uma novidade, contudo é espantoso a escalada bélica observada a partir dos anos 2000. A conexão dos grandes produtores de petróleo do Oriente Médio com a Índia e a China possuem três caminhos principais. O mais direto atravessaria todo o Afeganistão, o que possui grandes dificuldades devido ao acirramento do conflito interno e a grande presença norte-americana em guerra contínua desde 2001, a qual se iniciou com o "revelador" governo de George W. Bush⁸.

Os outros dois caminhos são os que mostram maiores avanços na construção dessa rede, tendo muitos projetos já desenvolvidos pela via dos países antes pertencentes a URSS (com destaque para o Turcome-



Os dois grandes produtores atuais de petróleo, Iraque e Kuwait, desde o final dos anos 1970 são dois grandes protetorados norte-americanos, com forte influência militar e política do país na região”

nistão) e também pelo Paquistão, principalmente com o objetivo do mercado indiano, o que tem cada vez mais aproximado os interesses da Índia com os da China. Os investimentos nos oleodutos do Turcomenistão foram inicialmente capitaneados por empresas norte-americanas que se aproveitaram da crise russa nos anos 1990. Contudo esses projetos não progrediram com a crise no Afeganistão, tendo sido retomados apenas nos anos 2000 com a nova influência chinesa e russa. O avanço dos projetos tanto via Paquistão quanto Turcomenistão colocam em evidência a outra ponta dessa relação, ou seja, os produtores de petróleo em si.

Os dois grandes produtores atuais de petróleo, Iraque e Kuwait, desde o final dos anos 1970 são dois grandes protetorados norte-americanos, com forte influência militar e política do país na região. Dessa forma, os outros grandes produtores da região passam a ter destaque nessa geopolítica do petróleo, sendo exatamente o grande foco atual da delicada situação política da Síria, Iraque e Irã. Em 2003, os Estados Unidos começam uma controversa guerra contra o Iraque; mesmo sem nenhuma relação encontrada entre Saddam Hussein e os grupos terroristas, o governo Bush declara a existência de produção de armas de destruição em massa e inicia uma guerra com o apoio da OTAN. “Coincidentemente” nos anos 2000 Saddam Hussein começa a vender o petróleo iraquiano em euros, estimulando os demais países exportadores.

A guerra do Iraque, contudo, se estendeu até 2011, sendo amplamente criticada pela sua má resolução dada pelos Estados Unidos, que dizimou as bases sociais e políticas do país. A ingovernabilidade no Iraque dará origem ao Estado Islâmico, que passa a ocupar um grande território no centro do Iraque e grande parte da Síria, tendo consequências sociais profundas para as populações locais. A Síria, historicamente aliada à Rússia,

mesmo passando por severos ataques do Estado Islâmico a sua população, não sofreu interferência norte-americana e de seus aliados. Ao contrário, a Rússia se colocando mais uma vez contra a OTAN, estreitou alianças com o ditador sírio Bashar al-Assad no combate ao Estado Islâmico.

O posicionamento russo na Síria só veio a catalisar o acirramento já explícito com os Estados Unidos, o qual se agravou de forma profunda e com infundáveis repercussões a partir do conflito na Ucrânia e Crimeia. A Ucrânia recebe parte do gás natural proveniente da Rússia como pagamento pela passagem do gás natural que é exportado da Rússia para a Europa. A outra parte deve ser comprada diretamente da Rússia, o que tem gerado conflitos entre a Gazprom e o governo ucraniano. Uma vez que da Ucrânia é cobrado o valor integral, sem o desconto garantido pela passagem do gás em seu próprio território, este país se apropria do gás que vai para a Europa, abalando a boa relação entre os dois países. Em 2013 a Ucrânia intensificou as negociações para um acordo de associação com a União Europeia, o que se opunha completamente aos planos russos de integração da Eurásia e de sua supremacia na passagem do gás para a Europa. Contudo, em novembro de 2013 o presidente ucraniano se opôs ao plano europeu, apresentando um redirecionamento para maior integração com a Rússia. Esse processo deu início a uma violenta onda de manifestações na Ucrânia, com diversas acusações de participação tanto de agentes norte-americanos quanto russos. O acirramento consequentemente levou a uma maior participação do exército russo, que culminou com a anexação da Crimeia. Vários protestos e conflitos no sul da Ucrânia para integração com o território russo continuam até o presente momento.

O posicionamento russo no conflito ucraniano foi veementemente criticado pela OTAN, sendo recebido com duras medidas do governo norte-americano, que durante 2014 impôs uma série de restrições ao governo russo, desde congelamento de contas e investimentos de empresas russas como embargos comerciais e financeiros ao país. O ano de 2014 pode ser visto como a intensificação de uma nova guinada da estratégia da política externa norte-americana para se recolocar na nova economia ditada pela maior centralidade asiática, como foi expressado no documento-programa “America’s Pacific Century” de Hillary Clinton em

2011 na revista “Foreign Police”. Essas novas políticas perpassam tanto o plano comercial quanto o financeiro e o energético. Os inúmeros esforços do governo Obama para a formação de novos acordos comerciais com os países do Pacífico e, mais recentemente com a União Europeia, podem ser vistos dentro desse quadro de intensificação política.

Como tem sido apresentada por vários especialistas em geopolítica do petróleo⁹, a queda recente dos preços das *commodities* puxada pelo petróleo não se deve a uma proteção de mercado pela Arábia Saudita contra a produção de gás de xisto, como muitos querem vender. Ao contrário, a queda abrupta dos preços do petróleo deve-se a um novo acordo entre os Estados Unidos e a “Casa de Saud” (como é conhecida a família real da Arábia Saudita), com a clara intenção dos norte-americanos de atacar as contas da Rússia e de frear os novos investimentos em energia no “Sul Global” liderados pela China. A queda dos preços do petróleo como oposição à produção de gás de xisto norte-americano, segundo especialistas críticos na geopolítica do Oriente Médio, não passa de mais um falso argumento na direção de mascarar os interesses da expansão dos petrodólares.

A forte queda do preço do petróleo obteve efeitos profundos nos países que basearam grande parte de seu crescimento na exportação de recursos naturais. Muitas das políticas promovidas pelos países da América Latina dependiam dos elevados preços das *commodities* para sua sustentação. Além, evidentemente, da continuação dos projetos voltados para a exploração de novas fontes de recursos naturais. Muitos investimentos tanto em gasodutos e oleodutos, como em novas áreas de exploração energética e de mineração se tornam inviáveis com os preços baixos das *commodities*. Os investimentos e a produção de gás de xisto nos Estados Unidos, muitas vezes acusados de ser o grande elemento de disputa para o aumento da produção saudita, na realidade possui um custo muito elevado, o que em condições “normais” de mercado já teria sido inviabilizado. Contudo, devido ao posicionamento estratégico para a questão energética norte-americana e de suas empresas, essa produção tem sido altamente subsidiada, de modo a garantir a continuidade e o estabelecimento do gás de xisto em um momento em que grande parte dos investimentos em novas áreas de extração estão sendo desestimulados pelas “forças” do mercado.

9. Uma importante leitura sobre a geopolítica do petróleo recente pode ser vista em Escobar (2014), Engdahl (2014) e Hudson (2016).

Os preços baixos do petróleo têm sido acompanhados por uma imensa saída de capitais dos países ditos emergentes, com amplo destaque para Rússia, Brasil e China. Desde 2014 os Estados Unidos têm indicado o começo de uma política de aumento de juros, o que se iniciou de forma efetiva em dezembro de 2015, o que promove uma retirada de enormes volumes de capitais dos países considerados de maior 'risco' de investimento. A última elevação dos juros tinha ocorrido em junho de 2006. Depois de várias ameaças desde 2014, efetivamente teve aumento de 0,5% no final de 2015, com continuadas notas do FED sinalizando a continuação dessa política.

Outra medida de grande impacto encabeçada pelos Estados Unidos foi a alteração das políticas do Banco Mundial e do FMI, que a partir de agora podem conceder novos empréstimos a países devedores a depender a quem se origina essa dívida. Nas últimas décadas o FMI tem funcionado como um sistema de controle creditício internacional, punindo os países que não arcassem com suas dívidas através do bloqueio a novos empréstimos em divisas internacionais, o que forçaria os países devedores a novas rodadas de austeridade. Com a nova regra do Banco Mundial e do FMI, essas instituições podem conceder novos créditos mesmo em caso de não cumprimento das dívidas. Como apresentou Michael Hudson (2015), essa alteração das regras é claramente uma forma de incentivar o não pagamento das dívidas contraídas pelos países com novos investimentos em megaprojetos, principalmente financiados pela China, mas também pela Rússia e pelo Brasil.

A Rússia tem enfrentado o mais forte desses ataques especulativos, já tendo praticamente zerado suas reservas de divisas internacionais acumuladas durante o período de alta das *commodities*. O ano de 2016 também foi marcado por fortes saídas de capitais da China, em uma clara tentativa de desvalorização do yuan. Mas assim como durante a crise asiática de 1997 a China parece conseguir passar pelos ataques especulativos. Através de queima de parte das suas reservas em dólar o PCC consegue manter sua moeda valorizada e seguir com sua forte política intervencionista. Mesmo com a queima de uma grande quantidade de reservas em dólares desde 2015, a China continua em meados de 2016 com reservas de mais de US\$ 3 trilhões.



Cada vez mais a posição conquistada pelo Estado chinês parece o colocar em uma posição privilegiada dentro do sistema financeiro atual, dada a sua capacidade de resistir aos ataques especulativos”

Ao contrário do que a mídia global tenta vender, a China não parece estar passando por uma “convulsão em seus mercados financeiros” com a aproximação de um “crash inevitável”. Aqui parece estar um dos grandes diferenciais chineses. A imbricação da China com o dólar e com a dívida norte americana é tão elevada que uma crise cambial chinesa não pode ser suportada pelos próprios norte-americanos, em realidade pelo próprio mercado mundial. Cada vez mais a posição conquistada pelo Estado chinês parece o colocar em uma posição privilegiada dentro do sistema financeiro atual, dada a sua capacidade de resistir aos ataques especulativos.

Esses vários ataques que marcam essa guerra financeira também possuem seu lado inverso, ou seja, a contrarreação da Rússia e da China e de seus novos aliados. Um dos grandes marcos de nova polarização foi o enorme acordo energético entre a Rússia e a China no final de 2014, logo após o embargo norte-americano. Esse acordo não ficou restrito à venda de gás natural. Entre os vários termos assinados está a construção de amplas redes de gasodutos na Eurásia (tanto por uma via “oriental” quanto “ocidental”) e vários acordos comerciais com a ênfase na transação em yuan entre os dois países, para já no ano de 2015 atingir uma troca bilateral equivalente a US\$ 100 bilhões anuais.

As relações da China no Oriente Médio, desde o ponto de vista dos interesses energéticos, também cresceram significativamente nos últimos anos. O Irã, antigo opositor dos Estados Unidos, tem se tornado cada vez mais um grande parceiro comercial chinês, justamente em um período em que os iranianos têm se esforçado para aumentar suas relações comerciais com o Ocidente. Tanto o Iraque quanto a Síria também

têm sido alvo dos investimentos russo e chinês. Devastadas pela política norte-americana, em ambas as nações os chineses têm promovido vários planos de investimentos, o que acontece sobre a tutela russa, com maior proximidade como o caso do Estado Sírio.

O fortalecimento recente desses países no Oriente Médio tem também aumentado a pressão para o rompimento dos grandes fluxos de petrodólar. Assim como a Rússia tem pressionado os comerciantes de petróleo para romperem com a referência em óleo Brent, a China tem pressionado os países produtores de petróleo, principalmente a Arábia Saudita, para romperem com o petrodólar como condição de uma continuação das elevadas compras chinesas. A situação da Arábia Saudita, na realidade, está cada vez mais delicada. A situação de protetorado norte-americano se encontra cada vez mais custosa para o país com maiores reservas de petróleo do mundo. Nos últimos anos viu cada vez mais surgirem novas fontes energéticas, tanto como consequência de novos investimentos em petróleo quanto com a introdução de padrões energéticos alternativos, como energia solar e eólica. Devido ao último acordo com os Estados Unidos de inundar o mundo com petróleo para baixar o seu preço, a Arábia Saudita tem sofrido um grande rombo no seu orçamento. Para muitos analistas a sua situação com a continuação dessa política se tornará inviável dentro de pouco tempo, o que possibilita o rompimento de suas transações de petróleo em dólar.

Apesar da manutenção do petróleo a um preço muito baixo ser uma política extremamente custosa para a maioria dos países, tanto para seus praticantes (Estados Unidos e Arábia Saudita) quanto para os demais produtores-alvo (Rússia, América Latina e África), para os chineses essa política é extremamente positiva. Com o baixo preço do petróleo e dos recursos naturais em geral, a China se beneficia para a realização de seus investimentos, muitos dos quais já em andamento. Com a desvalorização de muitos empreendimentos e empresas, o Estado chinês tem se colocado em uma posição ofensiva para compra desses ativos. Como apresentado pela agência energética norte-americana, a China nos últimos anos tem formado uma enorme reserva de petróleo, já prevendo a provável subida nos preços. De forma semelhante tem expandido de maneira agressiva os seus investimentos e compras de empresas em

recursos naturais nos últimos dois anos, como veremos na próxima seção com o caso brasileiro.

A América Latina se encontra em uma situação singular. Nos últimos anos tem claramente apresentado um processo de reversão das suas políticas anteriores, passando por um forte agravamento da situação econômica e social vivida a partir dos anos 2000. Os últimos dois anos têm sido marcados pela entrada de novos governos de linhagem liberal, mais alinhados com as políticas norte-americanas e com os “compromissos” de credibilidade exigidos pelas “boas práticas” financeiras. Contudo, os investimentos chineses continuam, como o extenso pacote de acordos comerciais assinados pelo primeiro ministro chinês. No começo de 2015 o presidente chinês Xi Jinping anunciou um grande pacote de investimentos diretos para a América Latina na ordem de US\$ 250 bilhões em dez anos, logo antes do encontro em Pequim com líderes da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), um bloco de 33 países na região que exclui os Estados Unidos e o Canadá. Grande parte dos investimentos traçados nesse pacote já começaram a se materializar com os acordos assinados com a vinda do primeiro ministro chinês para a América Latina em agosto de 2015, momento em que foram assinados acordos abrangendo projetos em vários setores com os países da região.

A situação de impasse na América Latina, na realidade, não deve ser entendida como simplesmente uma situação pontual de uma região dependente, mas principalmente como oriundo de um impasse do próprio sistema capitalista em crise. A forma de exploração e expropriação capitalista neoliberal das últimas décadas apresenta sua situação de crise em diferentes perspectivas, que perpassam toda a sociedade global se encontrando na beira de um colapso monetário, social e ambiental sem precedentes. Se por um lado a crise em forma de “tormenta” está cada vez mais clara, a outra perspectiva de exploração e expropriação representada pela China não parece estar madura suficiente para se transformar em um novo paradigma mundial. Enquanto o dilema capitalista continua em aberto, o que temos acompanhado é um acirramento da exploração sem precedentes, em que vigora uma política financeira internacional em oposição a voracidade dos investimentos sustentados por uma enorme incorporação recente de mão de obra.

The background of the entire page is a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including squares, rectangles, and triangles, arranged in a grid-like fashion. The colors used are a vibrant red, a bright orange, a teal or light blue, and a dark, almost black, red. The shapes are interlocked, creating a sense of depth and movement. A large, solid teal rectangle is positioned in the upper right quadrant, serving as a background for the title text.

BRASIL
DENTRO
DO NOVO
DILEMA

Durante a década de 1990 o crescimento mundial foi puxado principalmente pelos estados do leste asiático, conhecidos como Tigres Asiáticos. No final dessa mesma década esses mesmos países sofreram uma forte crise financeira, marcada por uma forte saída de capitais que se acoplou com uma crise cambial, a qual os forçou a desvalorizarem sua moeda revertendo sua situação superavitária com os Estados Unidos e aumentando o custo de sua dívida em dólar.

Durante a última década, marcada pelos anos anteriores e posteriores da grande crise financeira mundial de 2008, o crescimento mundial foi puxado principalmente pelos países dos BRICS, junto com os demais estados menores do “Sul Global”. Como visto na seção anterior, esse grupo está longe de ser homogêneo, tendo a China e os produtores de recursos naturais e com mercado consumidor desenvolvido, como o Brasil, uma relação de mutualidade. Essa afinidade eletiva que caracterizará os anos 2000, possui suas bases nos anos 1980 e 1990, em que os fluxos de capitais foram em busca de mão de obra barata no sudeste asiático e abandonaram os países da América Latina, retornando apenas para os leilões de privatizações das antigas empresas estatais e de grandes grupos produtores de recursos naturais.

O caso brasileiro é emblemático dentro dessa dinâmica recente. A volta do crescimento econômico só acontece a partir de 2005, com o casamento entre os grandes investimentos em tudo que envolve os recursos naturais e a explosão do consumo de bens de maior tecnologia das classes antes apartadas por esse mercado. O crescimento dos salários, assim como do crédito para as populações mais pobres será essencial nesse processo.

O salário mínimo real (já descontada a inflação) passou de R\$ 334 nos anos 2000 para R\$ 678 em 2013 (fonte IPCA/IBGE). No período de 2001 a 2005 os salários reais mostraram uma queda de 3,2%, em oposição ao período de 2006 a 2013 em que os salários reais crescem 3,4% (fonte INPC/IBGE). Ao longo dos últimos anos a economia brasileira tem experimentado forte crescimento do crédito. O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional passou de R\$ 417,8 bilhões em janeiro de 2004 para R\$ 1,71 trilhão em janeiro de 2011, alcançando R\$ 3,1 trilhões em dezembro de 2014. Com isso, a relação crédito bancário/PIB passou de 24,3% em 2004 para 46,5% em 2011 e 59% em 2016. Grande

parte desse crescimento foi impulsionada pelo endividamento das famílias, que no início de 2004 representava apenas 38% do crédito total e em 2011 já atingia 45,9%, alcançando 47% em 2016.

O grande fluxo de capitais que propiciou a exploração de recursos naturais e a expansão de consumo aos países ditos “emergentes” do “Sul Global” irá rapidamente cobrar seu preço. Isso não significa que a exploração de recursos naturais gerou o boom do consumo, são processos distintos dentro de uma mesma unidade de expansão do capitalismo. A transformação para o capitalismo “financiarizado” com a formação de uma “nova classe trabalhadora”¹⁰ na América Latina aconteceu concomitantemente à expansão da exploração de recursos naturais, o que gerou uma dinâmica um pouco distinta dessa mesma transformação em outros países, como o caso europeu de maior austeridade. Nos países com forte desigualdade e com grande parte da população com histórico de segregação do próprio mercado de trabalho, a própria transformação para esse novo momento do capitalismo com formação de uma nova classe trabalhadora com maior consumo de bens de maior intensidade tecnológica necessitou da implementação de algumas políticas específicas, como as redistribuições orçamentárias e o aumento do salário mínimo. Importante salientar que esse processo de aumento salarial não se restringe apenas ao Brasil ou à América Latina, países como China e Índia, por exemplo, representam os maiores ganhos salariais relativos dos últimos 20 anos¹¹.

Nos últimos dois anos são exatamente esses mesmos países do “Sul Global” que têm passado por uma crise econômica, também marcada por forte saída de capitais e uma pressão para desvalorização cambial, o que foi acompanhado pela queda dos preços das *commodities* e do aumento das taxas de juros. No Brasil essa crise se agravou ainda mais, tendo uma forma política mais preponderante ao mesmo tempo que o governo ‘desfez’ grande parte das suas políticas de incentivo econômico em total contrassenso com suas políticas descabidas de desonerações fiscais sem condicionalidades efetivas.

Como mostramos na seção anterior, ainda de forma semelhante ao que aconteceu no final da década de 1990, a China com suas peculiaridades socioeconômicas manteve suas políticas, sem a saída de capitais causar um grande impacto e sem precisar alterar sua gestão macroeconômica geral, como no caso específico de sua taxa de câmbio. Esse efeito de

10. Jesse Souza em seu livro “Os Batalhadores do Brasil”, de 2010, apresenta uma forte crítica contra o mito da formação de uma “nova classe média” no Brasil. Desqualificando as teses sobre a incorporação de uma grande parte da população na classe média, como se o Brasil tivesse alcançado o patamar de país desenvolvido, mostra como na realidade o que aconteceu foi a formação de uma “nova classe trabalhadora”, ligado ao processo de financeirização do modo de produção capitalista atual, na qual os trabalhadores possuem uma internalização da “disciplina do trabalho” e um maior consumo de bens de maior intensidade tecnológica.

11. Apesar das particularidades de cada país é importante compreender as mudanças no sistema capitalista dentro de um quadro maior, não caindo no reducionismo das disputas políticas internas. Na década de 2000 a 2010 os salários reais aumentaram cerca de 90% na Ásia, cerca de 170% no Leste Europeu e Ásia Central, 15% na América Latina e Caribe e 5% nas ditas economias desenvolvidas, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013).



Agora existe uma forte concorrência para os espólios da guerra capitalista que ocorre em solo brasileiro. Obviamente o grande perdedor parece ser o Brasil”

continuidade chinês traz uma característica nova, pois ao invés de levar a um freio dos seus investimentos, a competição das finanças norte-americanas leva a um aprofundamento de novas rodadas de investimento chinês. É como se o capital chinês funcionasse como “fogo grego”¹² para os norte-americanos, quanto mais água eles jogam, mais o fogo aumenta.

A crise política interna, a saída de capitais e a desvalorização do câmbio, promovidos pela roda das altas finanças, barateiam os ativos brasileiros que já estavam em queda devido ao baixo preço das *commodities*, o que se torna um prato cheio para os interesses chineses. Obviamente as empresas norte-americanas e seus fundos de investimento também estão interessados nesses ativos desvalorizados, de forma semelhante ao que ocorreu com as privatizações brasileiras nos anos 1990. Entretanto, agora existe uma forte concorrência para os espólios da guerra capitalista que ocorre em solo brasileiro. Obviamente o grande perdedor parece ser o Brasil.

As ações da Petrobras podem ser utilizadas para ilustrar esse quadro de desvalorização da empresa, justamente no momento anterior ao golpe que instaurou um governo bem menos “apegado” a empresas estatais. Até o começo de 2011 as ações da empresa estiveram variando entre R\$ 25 e R\$ 30; de 2011 a 2014 se encontram em uma faixa um pouco inferior, variando de R\$15 a R\$20. Contudo, é no ano de 2014 que ocorre uma virada mais brusca. Nesse ano de eleições presidenciais e o começo dos escândalos da “Lava Jato”¹³, depois de atingir um pico de R\$ 23 em agosto de 2014, o preço das ações despencam atingindo o piso de R\$ 5 em fevereiro de 2016 com o agravamento da crise política, intensificada pelo aparato midiático da operação Lava Jato.

Uma série de analistas brasileiros, como o respeitado historiador Moniz Bandeira (2016), o articulista do Asia Times Pepe Escobar (2016) e o jornalista do The Intercept Gleen Greewald (2016), têm sustentado a tese de que interesses norte-americanos estariam por trás do processo de de-

12. Fogo grego era uma arma incendiária usada pela marinha bizantina. Os bizantinos o usavam em batalhas navais para maior efetividade, pois ele podia continuar queimando ao flutuar na água. A arma era uma vantagem tecnológica e foi responsável por muitas vitórias militares bizantinas chaves, notadamente na salvação de Constantinopla de dois cercos árabes, assegurando assim a sobrevivência do império.

13. Operação Lava Jato é uma investigação em andamento realizada pela Polícia Federal do Brasil, cuja fase ostensiva foi deflagrada em 17 de março de 2014, com a investigação que se iniciou com a compra da refinaria de Pasadena nos Estados Unidos. A investigação já cumpriu mais de uma centena de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, fortemente atrelado com um esquema de midiáticação da justiça, que levou a um forte acirramento político e ideológico no país.

sestabilização do governo brasileiro, onde estariam envolvidas as grandes petroleiras e também vários fundos de investimento de Wall Street, assim com muitas instituições e organizações financiadas por esses grupos. O foco dessa desestabilização seria principalmente em torno da Petrobras e da alteração das regras do regime de partilha do pré-sal regulamentadas em 2010. Desde 1997, quando acabou o monopólio da Petrobras, o governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso impôs um modelo de concessão, em que a exploração dos campos petrolíferos era concedida à empresa vencedora da licitação, a qual ficava dona do petróleo explorado, pagando royalties ao governo. Com a descoberta do pré-sal esse modelo foi alterado para um regime de partilha, em que a empresa vencedora da licitação terá que obrigatoriamente partilhar o petróleo encontrado com a União. Dentro desse novo esquema a Petrobras ganha em dois pontos importantes, pois será a operadora exclusiva dos campos e terá no mínimo 30% na participação no consórcio com as outras empresas.

Os documentos vazados em 2013 por Edward Snowden¹⁴, ex-analista da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), mostra explicitamente como o governo norte-americano atua com relação à espionagem em outros países. Diversos documentos apresentados pelo jornalista americano Glenn Greenwald mostram como os Estados Unidos interceptavam documentos internos da Petrobras, principalmente sobre a tecnologia envolvendo a exploração em águas profundas da camada pré-sal. Além desses documentos, também foi exposto uma série de dados indicando que a agência norte americana monitorava mensagens particulares da presidenta Dilma Rousseff e alguns de seus principais assessores.

Os vazamentos pelo WikiLeaks de telegramas do consulado do Rio de Janeiro datados de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, trazidos a público no final de 2010, demonstram claramente o posicionamento norte-americano. Em um telegrama de final de 2009 intitulado “A indústria de petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”, o consulado dos Estados Unidos no Rio faz um grande compêndio da discussão sobre o novo marco regulatório, mostrando o posicionamento de agentes estratégicos nesse debate, como a diretora da Chevron, Patrícia Pradal. Segundo a diretora, José Serra, então candidato à presidência, já teria confirmado alteração da lei caso assumisse o governo, não tendo grande relevância as leis estabelecidas durante a gestão do PT. O telegrama

14. Atualmente o ex-analista da NSA, responsável pelo vazamento de dados que revelaram uma série de violações de direitos cometidos pelos EUA contra diversos Estados, se encontra exilado na Rússia.

termina com o Consulado concluindo que “a estratégia agora é recrutar novos parceiros para trabalhar no Senado, buscando aprovar emendas essenciais na lei, assim como empurrar a decisão para depois das eleições de outubro”. Entre os parceiros o memorando destacava o OGX, do empresário Eike Batista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Durante o acirramento da crise política em 2016, em que é armado um grande esquema político para um impeachment da presidenta Dilma Rousseff, fica explícito como os mesmos agentes citados no memorando possuem uma posição central. Durante todo o processo de reivindicações contra o governo do PT, a FIESP ganhou uma centralidade inesperada, patrocinando desde manifestações nas ruas até propaganda televisiva contra o governo. José Serra tem sido apontado como um dos possíveis ministros fortes de um governo de transição em caso de um impeachment da presidenta. Se não ocupar o Ministério da Fazenda, existe grande probabilidade de assumir um “super Ministério” das Relações Exteriores, com uma remodelação para incorporar as pastas de comércio exterior.

A leitura extremamente elucidativa do memorando do consulado do Rio de Janeiro ainda traz informações sobre como o novo regime de partilha poderia beneficiar as empresas chinesas e russas. Ainda com referência às informações dadas pela diretora da Chevron, o consulado afirma ser impossível com o modelo de partilha competir com as Companhias Nacionais de Petróleo (NOC), como a chinesa Sinopec e a russa Gazprom. Com o modelo de partilha a diretora da Chevron alega que o único elemento de competição na licitação seria a lucratividade dada ao governo brasileiro, o que torna impossível a concorrência com os chineses, pois eles poderiam superar qualquer margem de lucro, dado seu único objetivo ser obter petróleo¹⁵.

O Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ainda tem organizado nos últimos anos uma série de eventos, em parceria com outras organizações “estratégicas”, para debater temas que julga de fundamental importância para a sociedade brasileira. Em agosto de 2014 organizou em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e a Atlantic Basin Initiative (ABI) o evento: “Energia e Geopolítica: os impactos da segurança energética nas relações internacionais”. Nesse evento a ABI expunha a sua “nova visão do Atlântico para um diálogo

15. Conforme citação literal da direta da Chevron expressa no memorando: “The Chinese can outbid everybody. They can break-even and it will still be attractive to them. They just want the oil.” (WikiLeaks, Public Library of US Diplomacy).

sobre a energia estratégica reforçada entre o Brasil e os Estados Unidos”, onde apresentou para a plateia composta de políticos e empresários do setor petroquímico, a importância da maior participação norte americana, em detrimento do perigo de um estreitamento com a China, para o cumprimento das metas brasileiras de exploração do pré-sal.

Em março de 2016, no auge da crise política brasileira e das denúncias contra a Petrobras, o Consulado dos Estados Unidos em parceria com o famoso think tank Center for Strategic & International Studies (CSIS)¹⁶, organizou outro evento de suma importância para a sociedade brasileira, com o título “A Geopolítica da Energia”, tendo novamente o CEBRI como anfitrião. Com o mesmo público seletivo de empresários e políticos, a grande atração era a participação de Edward Chow, diretor do Programa de Segurança Nacional e Energia do CSIS, com grande experiência na área de energia internacional, tendo sido diretor da área internacional da Chevron, na qual trabalhou durante 20 anos.

Se por um lado dá para ver avanços claros dos Estados Unidos na política energética brasileira, os chineses também não abandonaram suas intenções. Durante o ano de 2015, em meio à maior dificuldade dos países latinos com a queda dos preços das *commodities*, o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, realizou uma viagem de oito dias por Brasil, Colômbia, Peru e Chile. A intenção principal dessa viagem foi confirmar os acordos já traçados pelo presidente Xi Jinping na sua visita ao Brasil para o encontro dos BRICS em julho de 2014, na qual aproveitou para realizar reuniões com chefes de Estado da América Latina.

O acordo realizado entre a China e o Brasil em 2015, em pleno agravamento da situação econômica do país e começo do agravamento decisivo da crise política, contempla 35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia e mineração, totalizando um montante de mais de US\$ 53 bilhões. Os dois principais focos do pacote de acordos se encontram na área de mineração e de energia, com vários acordos entre o estado chinês e as empresas Vale e Petrobras. Outra área de destaque foi a de proteína animal, tendo sido autorizadas as exportações de mais 26 frigoríficos brasileiros. Até 2012 o mercado chinês era fechado para a exportação de carnes brasileiras.

Não apenas dentro desse grande pacote de acordos bilaterais, mas também posteriormente, a Petrobras e a exploração energética brasileira

16. O Center for Strategic and International Studies (CSIS) é um dos mais famosos think tank norte-americano sobre os temas de segurança e relações internacionais, com focos específicos em relações internacionais, comércio, tecnologia, energia, finanças e geoestratégia. Segundo seu próprio site se define como “has been dedicated to finding ways to sustain American prominence and prosperity as a force for good in the world” (ver: <http://csis.org/about-us>).

são o grande centro de interesses chineses. Mesmo com a forte queda das ações da estatal brasileira e do preço do petróleo, as empresas chinesas têm investido pesado no último ano. Além de vários investimentos físicos, participações em licitações e compras de empresas nacionais ou estrangeiras já em atuação no país, os bancos chineses também têm realizado novos acordos como concessão de crédito e leasing para a Petrobras, o que comprova o estreitamento das relações nesse momento de crise. Em outubro de 2015 a Petrobras assinou um acordo de leasing com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, em inglês) no valor de US\$ 3 bilhões, mediante o qual duas plataformas já existentes da companhia ficam “alugadas” durante 10 anos. Acordo semelhante no valor de US\$ 2 bilhões foi assinado na mesma ocasião com o China Exim Bank.

Em março de 2016 um novo grande acordo, dessa vez de empréstimo em troca de barris de petróleo, foi assinado entre a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB) no total de US\$ 10 bilhões. Ainda não foram divulgados detalhes do acordo, apenas nota declarando semelhança com o acordo de 2009, quando a estatal brasileira entregou para a chinesa Sinopec 150 mil barris por dia no primeiro ano de contrato e 200 mil barris/dia nos nove anos seguintes.

Seja os Estados Unidos ou a China, uma coisa é certa: a importância e a disputa pelos recursos naturais brasileiros estão no coração do embate entre as duas potências. Além de todos os recursos naturais como apresentamos no início desse trabalho, tanto de matérias primas como alimentos, o Brasil também se tornou nos últimos anos um potencial grande produtor de petróleo. As primeiras previsões para o pré-sal eram de que o Brasil se transformasse do 14º para o 4º maior produtor mundial de petróleo já em 2020. Apesar dessas previsões estarem longe de serem cumpridas, as reservas de petróleo e o potencial energético brasileiro é inquestionável, o que transforma o país em um elemento chave para o processo de realização de valor mundial. Seja por uma crescente disciplina do consumo e da financeirização ou pelos grandes investimentos impulsionados por uma produção em desapropriação crescente, o Brasil se tornou um elemento central para a sustentação desses regimes de expansão. A política interna brasileira não pode ser entendida sem esse olhar do mercado capitalista mundial, o qual se determina integradamente com a produção nacional interna.

The background of the entire page is a complex, abstract geometric pattern. It consists of various shapes, including squares, triangles, and rectangles, arranged in a non-repeating, interlocking fashion. The color palette is limited to four main colors: a vibrant red, a bright orange, a teal or light blue, and a dark, almost black, red. The shapes are oriented in different directions, creating a sense of movement and depth. A large, solid teal rectangle is positioned in the upper right quadrant, serving as a background for the text.

BRASIL NA
NOVA ROTA
CHINESA

Os investimentos chineses no Brasil são uma clara expressão do processo apresentado no decorrer desse trabalho. Com uma presença inexpressiva até o início dos anos 2000, a China só começa a entrar com inversões diretas no Brasil a partir de 2005, mas de forma relativamente acanhada até 2010. Após a crise financeira mundial e os pacotes anticíclicos a China direcionou de vez seu interesse para o país, com grande destaque para os investimentos em energia, principalmente em petróleo. Os dados e investimentos apresentados nesse trabalho foram elaborados com base em análises de jornais, revistas e dados do governo, assim como em diferentes levantamentos sobre investimentos chineses realizados por The American Enterprise Institute, The Heritage Foundation, The Inter-American Dialogue, The Global Economic Governance Initiative at Boston University e Conselho Empresarial Brasil-China. Uma tabela completa com todos os investimentos levantados se encontra na página a seguir.

O ano de 2010 deve ser considerado como um marco de virada na relação da China com o Brasil, quando há uma clara decisão de participar da transformação do país em um player energético e grande parceiro comercial. No mesmo ano de 2010 três das gigantes estatais energéticas chinesas entram no mercado comprando grandes empresas já instaladas. A Sinochem em maio de 2010 compra 40% da Statoil no Brasil por US\$ 3 bilhões, adquirindo participação no campo marítimo de Peregrino. Também em maio de 2010 a State Grid comprou 100% da Plena Transmissoras por US\$ 1,7 bilhões, adquirindo uma série de linhas de transmissão no Brasil, estratégia que se seguirá nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país. Em outubro de 2010 a Sinopec comprou por US\$ 7 bilhões 40% da Repsol no Brasil, o que também será seguido nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país.

É claramente possível ver uma estratégia chinesa coordenada por trás de seus investimentos. Quando analisamos os investimentos chineses por setor até 2015, vemos que 73% estão na área energética, sendo seguido pela área de metais e mineração com 11%, os quais estão principalmente ligados à produção de aço. Setor automobilístico, de agricultura, imobiliário e de finanças se encontram com 3% cada, seguidos por transporte e tecnologia com um pouco mais de 1% cada um.



INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL 2005-2015

ANO	MÊS	EMPRESA CHINESA	QUANT. EM MILHÕES \$	TAMANHO DA PARTICIPAÇÃO	
2005	DEZEMBRO	CITIC	430		
2006	ABRIL	SINOPEC	1290		
2006	NOVEMBRO	CITIC	340		
2009	NOVEMBRO	WUHAN IRON AND STEEL	400	22%	
2009	DEZEMBRO	CIC	500		
2010	FEVEREIRO	SANY HEAVY	200		
2010	MARÇO	EAST CHINA MINERAL EXPLORATION AND DEVELOPMENT BUREAU (JIANGSU)	1200		
2010	MAIO	SINOCHEM	3070	40%	
2010	MAIO	STATE GRID	1720	100%	
2010	AGOSTO	CHERY AUTO	400		
2010	OUTUBRO	SINOPEC	7100	40%	
2010	DEZEMBRO	CIC	200		
2011	MARÇO	CHONGQING GRAIN	910		
2011	ABRIL	ICBC	100		
2011	ABRIL	ZTE	200		

	PARCEIRO NA TRANSAÇÃO	SETOR	SUBSETOR	LOCAL
	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (CGTEE)	ENERGIA	CARVÃO	CANDIOTA-RS
	PETROBRAS	ENERGIA	GÁS	RIO DE JANEIRO-RJ
	THYSSENKRUPP AND CVRD	METAIS	AÇO	RIO DE JANEIRO-RJ
	MMX MINERAÇÃO	METAIS	AÇO	RIO DE JANEIRO-RJ
	CVRD (VALE)	METAIS	AÇO	RIO DE JANEIRO-RJ
		IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	SAO JOSÉ DOS CAMPOS-SP
	BERNARDO DE MELLO ITAMINAS	METAIS	AÇO	BELO HORIZONTE-MG
	STATOIL	ENERGIA	PETRÓLEO	CAMPOS-RJ
	PLENA TRANSMISSORAS	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	SERRA PARACATU, SERRA DA MESA, POÇOS DE CALDAS-MG; RIBEIRÃO PRETO-SP; MARECHAL RONDON, PORTO PRIMAVERA-MS
		AUTOS	AUTOS	JACARÉ-SP
	REPSOL	ENERGIA	PETRÓLEO	BACIA DE CAMPOS-RJ
	BTG PACTUAL	FINANÇAS	INVESTIMENTO	SÃO PAULO-SP
		AGRICULTURA		BARREIRAS-BA
		FINANÇAS	BANCÁRIO	SÃO PAULO-SP
		TECNOLOGIA	TELECOM	CAMPINAS-SP



INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL 2005-2015 (CONTINUAÇÃO)

ANO	MÊS	EMPRESA CHINESA	QUANT. EM MILHÕES \$	TAMANHO DA PARTICIPAÇÃO	
2011	AGOSTO	JAC MOTORS	100	20%	
2011	AGOSTO	TAIYUAN IRON, CITIC, BAOSTEEL	1950	15%	
2011	NOVEMBRO	SINOPEC	4800	30%	
2012	MARÇO	STATE GRID	550	51%	
2012	MAIO	STATE GRID	940		
2012	SETEMBRO	BAIC	300		
2012	SETEMBRO	LENOVO	150	100%	
2012	OUTUBRO	JAC MOTORS	450		
2012	NOVEMBRO	CIC	460	33%	
2013	ABRIL	COFCO	320		
2013	JUNHO	XUGONG CONSTRUCTION MACHINERY	200		
2013	OUTUBRO	CHINA CONSTRUCTION BANK	720	72%	
2013	OUTUBRO	CNOOC AND CNPC	1280	10%, 10%	
2013	DEZEMBRO	THREE GORGES	130	50%	
2013	DEZEMBRO	THREE GORGES	250	50%	
2014	FEVEREIRO	THREE GORGES	390	33%	

	PARCEIRO NA TRANSAÇÃO	SETOR	SUBSETOR	LOCAL
	SHC	AUTOS	AUTOS	CAMAÇARI-BA
	CBMM	METAIS		ARAXÁ-MG
	GALP ENERGIA	ENERGIA	PETRÓLEO	BACIA DE SANTOS-SP
	COPEL	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	LINHA TELES PIRES-MG
	ACS	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	LINHÃO BELO MONTE-PA
		AUTOS	AUTOS	GUAÍBA-RS
	DIGIBRAS AND DUAL	TECNOLOGIA		ITÚ-SP
		AUTOS	AUTOS	CAMAÇARI-BA
	PROSPERITAS	IMOBILIÁRIO	PROPRIEDADE	PLATAFORMAS LOGÍSTICAS SP E RJ
		AGRICULTURA		RONDONÓPOLIS-MT
		IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - SÓCIOS MAJORITÁRIOS	FINANÇAS	BANCÁRIO	SÃO PAULO-SP
	PETROBRAS, SHELL E TOTAL	ENERGIA	PETRÓLEO	CAMPO DE LIBRA-RJ
	CALDEIRÃO	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	CACHOEIRA CALDEIRÃO (AP)
	JARI	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	SANTO ANTÔNIO DO JARI (PA)
	TERRA NOVO	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	SÃO MANOEL (MT)



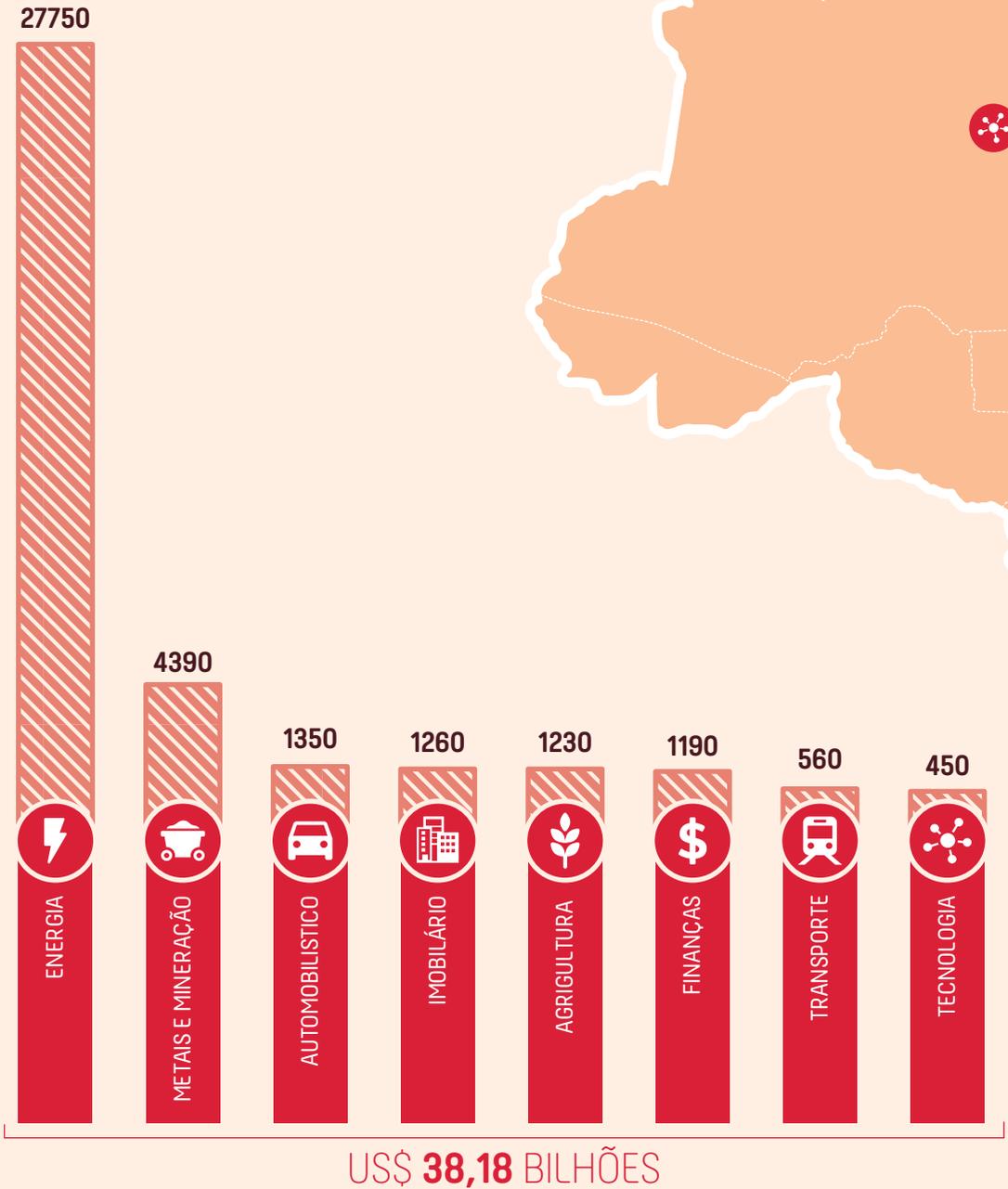
INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL 2005-2015 (CONTINUAÇÃO)

ANO	MÊS	EMPRESA CHINESA	QUANT. EM MILHÕES \$	TAMANHO DA PARTICIPAÇÃO
2014	FEVEREIRO	STATE GRID	970	51%
2014	JULHO	SANY HEAVY	300	
2014	JULHO	ZTE	100	
2013	OUTUBRO	CHINA CONSTRUCTION BANK	-	28%
2014	DEZEMBRO	THREE GORGES	140	49%
2015	MAIO	BYD	100	
2015	MAIO	CHINA COMMUNICATIONS BANK	170	80%
2015	MAIO	CHINA ELECTRONICS CORPORATION	100	
2015	JULHO	STATE GRID	2200	
2015	AGOSTO	THREE GORGES	490	
2015	OUTUBRO	ICBC	2000	
2015	NOVEMBRO	HNA	460	24%
2016	MAIO	CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION	100	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM ANÁLISES DE JORNAIS, REVISTAS E DADOS DO GOVERNO, ASSIM COMO EM DIFERENTES LEVANTAMENTOS SOBRE INVESTIMENTOS CHINESES REALIZADOS POR *THE AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE AND THE HERITAGE FOUNDATION*, *THE INTER-AMERICAN DIALOGUE AND THE GLOBAL ECONOMIC GOVERNANCE INITIATIVE AT BOSTON UNIVERSITY* E *CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA*.

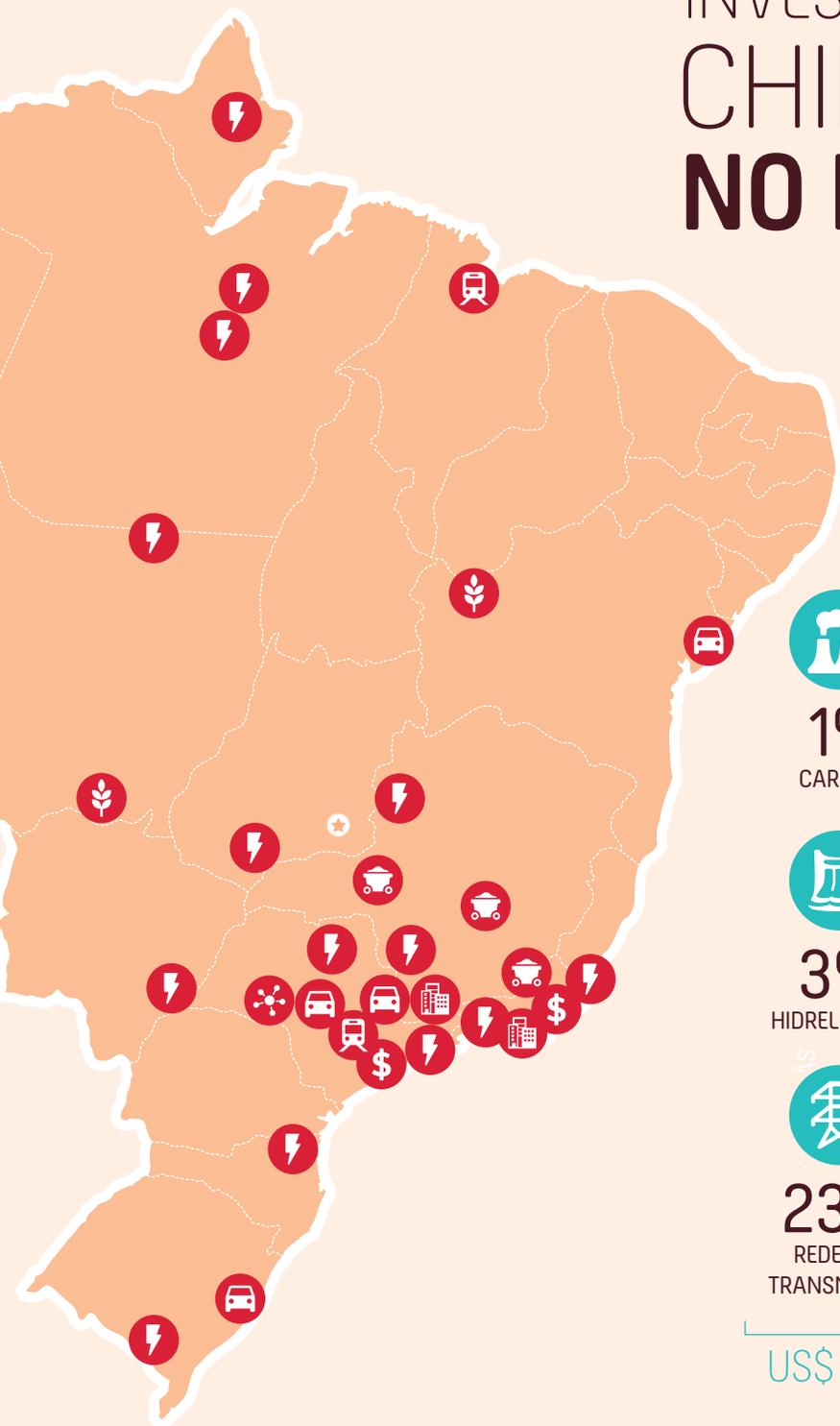
	PARCEIRO NA TRANSAÇÃO	SETOR	SUBSETOR	LOCAL
	ELETOBRAS	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	SERRA PARACATU, SERRA DA MESA, POÇOS DE CALDAS-MG; RIBEIRÃO PRETO-SP; MARECHAL RONDON, PORTO PRIMAVERA-MS
		IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP
		TECNOLOGIA	TELECOM	MANAUS-MA
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - SÓCIOS MINORITÁRIOS	FINANÇAS	BANCÁRIO	SÃO PAULO-SP
	EDP	ENERGIA	ENERGIA EÓLICA	BAIXA DO FEIJÃO, AROEIRA, JERICÓ, UMBUZEIROS E AVENTURA
		AUTOS	FABRICA DE ONIBUS ELÉTRICO	CAMPINAS-SP
	BANCO BBM SA	FINANÇAS	BANCÁRIO	RIO DE JANEIRO-RJ
		IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	
		ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	SERRA PARACATU, SERRA DA MESA, POÇOS DE CALDAS-MG; RIBEIRÃO PRETO-SP; MARECHAL RONDON, PORTO PRIMAVERA-MS
	TRIUNFO PARTICIPAÇÕES	ENERGIA	ENERGIA EÓLICA	SALTO-GO E GARIBALDI-SC
	PETROBRAS	ENERGIA	PETRÓLEO	RIO DE JANEIRO-RJ
	AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS	TRANSPORTE	AVIAÇÃO	SÃO PAULO-SP
		TRANSPORTE	NAVAL	SÃO LUIZ-MA

POR SETOR (US\$ BILHÕES)



INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



EM ENERGIA



1%
CARVÃO



2%
EÓLICA



3%
HIDRELÉTRICA



5%
GÁS



23%
REDES DE
TRANSMISSÃO



66%
PETRÓLEO

US\$ 27,75 BILHÕES

A abertura dos investimentos do setor de energia também é reveladora do padrão chinês no Brasil. Do total de investimentos em energia até 2015, 66% foram realizados na área petroquímica, totalizando um montante de US\$ 18,250 bilhões. Os investimentos em linhas de transmissão representaram 23% da total do setor de energia, com um montante de US\$ 6,4 bilhões. Outras áreas de investimento dentro de setor de energia representam um percentual bem menor: gás natural com 5%, hidrelétrica com 3%, energia eólica com 2% e carvão mineral também com 2%. A importância dos investimentos em petroquímica e linhas de transmissão também podem ser visualizados pela sua enorme participação em relação ao total de investimentos chineses estimados no país, sendo 48% em petróleo e 17% em linhas de transmissão.

Dentro dos investimentos em petróleo os novos processos de licitação e as empresas já atuantes nas áreas do pré-sal são o principal foco chinês. O petróleo nas novas bacias do pré-sal é visto como um ativo estratégico para as grandes empresas estatais chinesas do petróleo. Além de toda a importância geopolítica do petróleo, como descrevemos ao longo desse trabalho, e a carência energética chinesa, o pré-sal é visto também como uma das novas zonas de captação desse recurso natural. Não apenas interessada no óleo em si, como demonstram vários estudos sobre a questão energética, a China possui também um grande interesse na tecnologia desenvolvida pela Petrobras para a perfuração e extração desse óleo de tão difícil acesso.



“ Não apenas interessado no óleo em si, a China possui também um grande interesse na tecnologia desenvolvida pela Petrobras para a perfuração e extração desse óleo de tão difícil acesso ”

Muitos especialistas em petróleo consideram que a existência de reservas de óleo na camada do pré-sal não seja uma exclusividade brasileira, mas um fenômeno geológico muito mais recorrente, principalmente no que é denominado como plataforma atlântica, com já enormes evidências da existência de reservas no pré-sal de países como Angola. Documentos de empresas chinesas, assim como da agência energética norte-americana Energy Information Administration, já indicam prospecções e projeções de investimentos chineses na região do pré-sal angolano. A China já possui atualmente uma grande cooperação comercial com Angola, sendo um dos seus principais importadores de petróleo e minério.

A Sinopec, maior refinaria chinesa, além da compra de 40% da espanhola Repsol, expandiu em 2011 suas operações no país com a aquisição por mais de US\$ 5 bilhões de 30% das operações da petroleira portuguesa GALP. Dessa forma a empresa se transformou em um dos investidores chaves na exploração do petróleo e do gás natural no pré-sal brasileiro, desenvolvendo projetos que estão entre as descobertas em petróleo mais importantes do mundo nos últimos anos, como os campos de Pão de Açúcar e Sapinhoá. Situado a cerca de 200 km da costa do Rio de Janeiro. No bloco BM-C-33 foram feitas as descobertas de Pão de Açúcar, Seat e Gávea, que juntas apresentam estimativas in place de mais de 700 milhões de barris de óleo e mais de 3 trilhões de pés cúbicos de gás. A Repsol Sinopec também integra o consórcio que detém os direitos sobre o bloco BM-S-9, onde está o campo de Sapinhoá, no pré-sal da Bacia de Santos. O campo de Sapinhoá tem um volume recuperável total estimado em 2,1 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). O campo produz cerca de 190 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia, com cinco poços produtores conectados à FPSO Cidade de São Paulo e outros dois conectados à FPSO Cidade de Ilhabela. A companhia produz também em Albacora Leste, localizada na Bacia de Campos, em área operada pela Petrobras, que detém 90% de participação, enquanto a Repsol Sinopec possui os outros 10%.

A estatal chinesa Sinochem adquiriu, por US\$ 3,07 bilhões, uma fatia de 40% do campo marítimo Peregrino de petróleo da Statoil no Brasil, a qual detém os outros 60%. A Fase II de Peregrino vai ampliar a produção do campo de Peregrino, aumentando o número de poços a partir

de uma nova área (Peregrino Sudeste), que hoje não é acessível com as plataformas A e B já em exploração. Ao todo serão 21 poços – 15 produtores de óleo e seis injetores de água – perfurados no desenvolvimento da Fase II. Com investimentos totais de US\$ 3,5 bilhões – reunindo Statoil e Sinochem, o projeto prevê uma nova plataforma (plataforma C, do tipo WHP) e adiciona cerca de 250 milhões de barris em reservas recuperáveis. O campo de Peregrino está situado no bloco BMC-7 e no bloco BMC-47 que se destacam na Bacia de Campos, a 85 km de distância do Brasil. O campo de petróleo foi colocado em operação dia 8 de abril de 2011 e é esperado que o seu pico de produção atinja 119 mil barris por dia em 2016.

A China National Petroleum Corporation (CNPC) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) também possuem grandes participações no contestado e divulgado consórcio do campo de Libra de outubro de 2013. O empreendimento, que conta com participação de 40% da Petrobras, 20% da Royal Dutch Shell, 20% da Total e 10% de cada uma das chinesas (CNPC e CNOOC) teve seu primeiro poço perfurado em outubro de 2014. Ainda em 2014 foram extraídos cerca de 1,2 milhão de barris de óleo equivalente (boe) por dia e no ano de 2015 ficou em torno de 1,3 milhão. A estimativa para 2016 é produzir 1,4 milhão de boe por dia.

Outro importante setor de investimentos chineses tem sido o de linhas de transmissão, capitaneados pela State Grid Corporation of China. A maior empresa estatal chinesa de distribuição de energia comprou em 2010 o controle de sete empresas das doze em posse da Plena Transmissores no Brasil, controlada pela espanhola Elecnor. Em 2012 adquiriu cinco empresas de transmissão do grupo espanhol Actividades de Construcción y Servicios (ACS). Os ativos adquiridos são a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., Iracema Transmissora de Energia S.A., Linhas de Transmissão do Itatim S.A., Araraquara Transmissora de Energia S.A. e Catexerê Transmissora de Energia S.A. e estão localizadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte do país. A State Grid também comprou mais duas concessionárias de transmissão que eram do grupo ACS, a Linha de Transmissão de Montes Claros S.A. e a Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia (ACTE).

Também em 2012 a State Grid adquiriu 51% do consórcio encarregado da construção da linha de transmissão que conectará a hidrelétrica de Teles Pires de 1.820 MW, que se encontra com as obras quase concluídas, tendo uma extensão de 1.005 km. O consórcio responsável pela linha, denominado Matrinchã, é composto pela State Grid, com participação de 51% e pela Copel, estatal controlada pelo governo do Estado do Paraná, com os demais 49%. Em 2014 a State Grid adquiriu participação no consórcio das linhas de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte, que assim como no projeto de Teles Pires é o sócio majoritário. O consórcio IE Belo Monte é composto pela State Grid (51%) e pelas subsidiárias da Eletrobras Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). O chamado “linhão” de Belo Monte, um dos mais extensos do país, exigirá a instalação de 4.500 torres e de 25 mil quilômetros de cabos, com investimento total da ordem de US\$ 1,6 bilhão. Para iniciar as obras, no entanto, é preciso que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) libere a licença ambiental.

Os investimentos em energia hidrelétrica, apesar de pequenos em comparação aos realizados em petróleo e transmissão, não podem ser relegados. Dentro do quadro das estatais energéticas chinesas o desenvolvimento hidrelétrico fica a cargo da China Three Gorges Corporation (CTG). Em 2013, a CTG Brasil estabeleceu uma parceria estratégica com a Energias do Brasil para investir no mercado de energia no País. No ano seguinte, a Empresa adquiriu 50% de participação da hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (PA), 50% da hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão (AP) e 33,3% da hidrelétrica de São Manoel (MT). Em 2015, a CTG adquiriu da Triunfo Participações 100% das usinas de Salto (GO) e de Garibaldi (SC). A CTG também atua em outros setores de energias alternativas ao petróleo, como o eólico. Em maio de 2015, a CTG Brasil adquiriu da EDP Renováveis Brasil 49% de participação em 11 parques eólicos em operação e em desenvolvimento no País. Atualmente, a EDP Renováveis Brasil opera 84 MW de energia eólica e tem parques em desenvolvimento – Baixa do Feijão (120 MW) e Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura (124 MW) – com contratos de longo prazo concedidos em leilões realizados em 2011 e 2013.

Saindo um pouco dos investimentos em energia, mas de certa forma interligados, a China também tem aumentado a sua participação em in-

vestimentos no Brasil na construção local de usinas e indústrias para a extração de recursos naturais, como carvão mineral e outros minérios, como ferro e níquel. O grupo estatal chinês China International Trust and Investment Corporation (CITIC) é um gigante conglomerado de empresas que envolvem tantos fundos de investimentos quanto empresas direcionadas a bens de capitais e grandes indústrias, como é o caso da CITIC Heavy Industries (CITICHI), a maior geradora de bens de capital chinês.

A CITICHI é uma fornecedora de máquinas e equipamentos para grandes empresas da indústria de mineração no Brasil a exemplo da Vale, Samarco Mineração e Mineração Usiminas. A CITICHI possui uma ampla gama de atividades que vão desde o fornecimento de bens de capital até a de construção civil, com grandes projetos em mineração e termelétricas. Em 2005 iniciou um financiamento e foi responsável pelo projeto da fase C da Usina Termelétrica de Candiota, movida a carvão mineral para controle da Companhia de Geração Termelétrica de Energia Elétrica (CGTEE). Todo o equipamento e maquinário foi exportado da China, tendo a nova fábrica um consumo de cerca de 3 milhões de toneladas de carvão por ano, que serão fornecidos pela Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM).

No final de 2006, a CITICHI firmou acordo para a construção de uma nova usina de aço próxima das ricas jazidas brasileiras de minério de ferro em uma localidade próxima ao Rio de Janeiro para a Thyssen Krupp. Embora tenha sido oficialmente inaugurada pelo ex-presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2010, ainda não está operando de forma eficiente ou em sua plena capacidade, devido, em grande medida, aos problemas verificados na coqueria (de carvão). A previsão inicial de conclusão era em 2009, mas inaugurada na prática apenas em 2012. Após sucessivas falhas e erros no projeto, os custos de reparação atingiram a casa de bilhões de dólares, culminando em ações da Thyssen Krupp contra a CITICHI, ações ainda em andamento.

Em 2011 a CITICHI abriu um escritório em Belo Horizonte (MG) para prestar serviços de assistência técnica, de supervisão técnica de campo e de engenharia, principalmente voltado ao suprimento do maquinário e aos projetos de mineração, com planos futuros de instalação

de um centro de distribuição e usinagem de peças e, mais no futuro, uma fábrica local de bens de capital, dada a visão de potencial do país no setor energético e de mineração.

Investimentos fora do setor de recursos naturais também têm sido realizados pelo capital chinês, dentro da nova fase de expansão de suas empresas de bens de consumo. O plano quinquenal da China, utilizado por muitos analistas chineses como a melhor ferramenta para compreender as mudanças de estratégia política do país, na sua última versão preconiza uma guinada da economia chinesa para o mercado interno. Importante salientar que essas políticas não devem representar um abandono do mercado internacional pela China. Ao contrário, a política descrita no plano quinquenal prevê uma participação no exterior crescente, mas com uma menor “dependência”, o que se deve ao desenvolvimento e crescimento de suas indústrias nacionais e ao fortalecimento de seu consumo interno. Uma das formas dessas políticas pode ser vista pela instalação de novas fábricas chinesas no Brasil tanto no setor de telecomunicações e tecnologia em geral como no de automóveis.

Em 2011 a empresa ZTE, fabricante de celulares e produtos para telecomunicação começou sua estratégia de construção de uma fábrica no país, o que se iniciou em 2014 na Zona Franca de Manaus. A Lenovo com fábrica em operação na cidade de Itu no interior de São Paulo desde 2013 já é a maior vendedora de computadores no país, tendo incorporado uma parte da IBM, expandindo também os seus serviços para o setor de servidores e sistemas operacionais corporativos.

Outro setor de bens de consumo com fábricas chinesas instaladas no país que tem sido bastante divulgado na mídia é o de automóveis. Em 2010 se instalou a Cherry Auto, em 2011 a JAC Motors, em 2012 a BAIC e em 2015 a BYD. Contudo esse forte movimento de empresas automobilísticas chinesas envolve dois processos simultâneos. Um é a forte expansão dessas empresas com a forte política do PCC para sua promoção. De outro lado tem também a recente política brasileira de reformulação do regime automotivo nacional (Inovar-Auto ou Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores) introduzido em 2012, com a intenção do governo Dilma de atrair novas montadoras para o país. A nova regra tem como objeti-

“ O Brasil com sua supremacia de recursos naturais e sua recente importância petroquímica colocou o petróleo na rota de colisão entre Estados Unidos e China para a constituição das novas bases do sistema de exploração capitalista”

vos tanto a incorporação de carros mais eficientes do ponto de vista de impactos ambientais quanto de incorporação da produção em território nacional, dado a imposição de altas sobretaxas no IPI e de cotas para importação. Assim não apenas empresas automobilísticas chinesas, mas também montadoras de outros países construíram fábricas recentemente (Jeep, Nissan, BMW, Jaguar Land Rover, Honda, Hyundai-Caoa, Mercedes Bens e Audi).

A análise mais atenta dos investimentos chineses coloca em evidência a tese desse trabalho do maior acirramento da disputa pelo petróleo, o que evidentemente envolve a sua importância como fonte energética primordial e também como mecanismo financeiro essencial, tendo servido como base de consolidação do padrão monetário atual através dos petrodólares. O Brasil com sua supremacia de recursos naturais e sua recente importância petroquímica o colocou na rota de colisão entre Estados Unidos e China para a constituição das novas bases do sistema de exploração capitalista. As crises econômicas e políticas atuais podem ser compreendidas como uma forma ou expressão desse movimento. Longe de trazer o “progresso” nacional, a expansão do capitalismo recente apenas alarga e intensifica os processos de despossessão e desapropriação pelo lado chinês e de exploração e dependência pelo lado norte-americano, o que nos mostra a importância de compreender além da nacionalidade do prejuízo, mas a própria forma intrínseca de exploração em que se funda a nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- AEI & HERITAGE FOUNDATION. *China Global Investment Tracker*. American Enterprise Institute and The Heritage Foundation, 2016. Disponível em <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.
- BANDEIRA, Moniz. *O Impeachment deve ser entendido dentro do contexto internacional*. Sputnik Brasil, 15 de junho de 2016. Disponível em <http://br.sputniknews.com/brasil/20160615/5110854/moniz-bandeira-impeachment-contexto-internacional.html>.
- BONEFELD, W. *Monetarism and Crisis*. In: BONEFELD, W. & HOLLOWAY, J. (Org.) *Global Capital, National State and the Politics of Money*. MacMillian Press, Londres, 1996.
- CEBC. *Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012*. Conselho Empresarial Brasil-China, junho 2013.
- _____. *Boletim de Investimentos Chineses no Brasil: 2012-2013*. Conselho Empresarial Brasil-China, março 2014.
- CLINTON, H. *America's Pacific Century*. *Foreign Policy*, October 2011. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americaspacificcentury/>.
- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS. Disponível em <http://www.usdabrazil.org.br/portugues/>.
- INTER-AMERICAN DIALOGUE. *China-Latina America Finance Database*. The Inter-American Dialogue, 2015. Disponível em http://www.thedialogue.org/map_list/.
- EIA. *China: International energy data and analysis*. U.S. Energy Information Administration, EIA, 14 de maio de 2015.
- ENGDAHL, W. F. *BRICS' Brazil President next Washington Target*. *New Eastern Outlook*, 18 de novembro de 2014. Disponível em <http://journal-neo.org/2014/11/18/brics-brazil-president-next-washington-target/>.
- _____. *The Secret Stupid Saudi-US Deal on Syria. Oil gas pipeline war*. *Global Research*, 16 de março de 2016. Disponível em <http://www.globalresearch.ca/theseecretstupidsausiusdealonsyria/5410130>.
- ESCOBAR, P. *The Brazilian Earthquake*. Sputnik International, 6 de março de 2016. Disponível em <http://sputniknews.com/columnists/20160306/1035858412/brazil-interrogation-petrobras-scandal.html>.
- _____. *Empire of Chaos*. Nimble Books LLC, Estados Unidos, 2016.

- FERREIRA, S. *Condições externas e a dinâmica da inflação no Brasil, 1994-2010: uma interpretação estrutural*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ, 2012.
- FRIENDS OF EARTH. *China Development Bank's overseas investments: an assessment of environmental and social policies and practices*. Julho de 2012. Disponível em <http://www.foe.org/news/archives/2012-07-new-report-on-china-development-bank-shows-the-bank>.
- GALLAGHER, K; IRWIN, A.; KOLESKI, K. *¿Un major trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina*. Cuaderno de trabalho del Cechimex. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, n° 1, 2013.
- _____. *Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina*. Inter-American Dialogue, junho de 2013.
- GARZÓN, P. *Legal Manual on Chinese Environmental and Social Guidelines for Foreign Loans and Investments: a guide for local communities*. Centro de Derechos Economicos y Sociales (CDES), Equador, 2015.
- GRAEBER, D. *Debt: the first 5000 years*. First Melville House Printing. Maio de 2011.
- GREENWALD, Gleen. (2016). *Eventos importantes no Brasil expõe a fraude do impeachment de Dilma – e a corrupção de Temer*. The Intercept. 30 de junho 2016. Disponível em <https://theintercept.com/2016/06/30/71591/>.
- GREENWALD, Gleen; FISHMAN, Andrew; MIRANDA, David. *Porque o Sen. Aluysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment?*. The Intercept. 18 de abril 2016. Disponível em <https://theintercept.com/2016/04/18/porque-o-sen-aluysio-nunes-foi-a-washington-um-dia-depois-da-votacao-do-impeachment/>.
- HOLLAND, M.; BARBI, F. *China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros*. In: Renato Baumann. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010.
- HUDSON, M. *The IMF changes its rules to isolate China and Russia*. Counter Punch, 18 de dezembro de 2015. Disponível em <http://www.counterpunch.org/2015/12/18/theimfchangesitsrulestoisolatechinaandrussia>.
- HUDSON, M. *The New Global Financial Cold War*. Counter Punch. 19 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.counterpunch.org/2016/02/19/thenewglobalfinancialcoldwar>.

- IISS. *China's energy policy: new technology and civil nuclear expansion*. IISS Strategic Comments, Volume 22, Comment 3. Março de 2016.
- YUNNAN. *Environmental Record of Chinese Banks*. Yunnan Participatory Watershed Management Research and Promotion Center (Green Watershed), 2010. Disponível em http://www.eu-china.net/upload/pdf/materialien/Yunnan-2011-environmental_records_of_chinese_banks_2010_eng_11-07-07.pdf.
- LAM, KC.; ZHU, T. *Environmental Impact Assessment in China*. Research Center for Strategic Environmental Assessment, Nankai University, China and Centre of Strategic Environmental Assessment for China, The Chinese University of Hong Kong, 2009. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/268503532_Environmental_Impact_Assessment_in_China
- MCNALLY, D. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*. PM Press, 2011.
- MEDEIROS, C. A. *A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática*. Revista de Economia Política, v. 26, 2006.
- OIT. *Relatório Global sobre os Salários 2012/13: salários e crescimento equitativo*. Organização Internacional do Trabalho, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SERRANO, F. *A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais*. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 12, n. 2, pgs 168-198, 2013.
- SOTIROPOULOS, D. P.; MILIOS, J.; LAPATSIORAS, S. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis – Demystifying Finance*. Routledge, New York, 2013.
- SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe media ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- U.S. GEOLOGICAL SURVEY. Disponível em <https://www.usgs.gov/>.

IDERLEY COLOMBINI NETO é economista pela Universidade de São Paulo (FEA-USP) e mestre e doutorando em economia política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Atualmente é pesquisador visitante no Departamento de Sociologia do Programa de Teoria Crítica da Universidade Autónoma de Puebla (ICsF-BUAP).

Trabalhou como pesquisador no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), desenvolvendo uma atuação crítica frente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em seu projeto de doutorado realiza uma pesquisa sobre as mudanças recentes na sociedade brasileira desde uma perspectiva da teoria crítica, tendo como ponto central as contradições entre capital e trabalho e seus desdobramentos concretos.



REALIZAÇÃO:

act:onaid

APOIO:



CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION